



Anais da Assembléia

N.º 136

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 30 DE NOVEMBRO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 128ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 1983

QUARTA-FEIRA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Presidência do senhor deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos senhores deputados Márcio Almeida e Irondi Pugliesi.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

Mensagem 155/83

Curitiba, 23 de novembro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva considerar em extinção as atuais vagas de Oficiais do Quadro de Capelães Policiais-Militares (QCPM), previstas na Lei n.º 7.047, de 21 de novembro de 1978, alterada pela de n.º 7.638, de 10 de setembro de 1982.

Visa, ainda, o anteprojeto em causa, alterar a redação do artigo 4.º, da Lei n.º 5.926, de 22 de abril de 1969 e a do § 4.º, do artigo 2.º, da Lei n.º 7.047, de 21 de novembro de 1978.

A medida ora remetida a essa augusta Assembléia Legislativa, foi submetida à Inspetoria Geral das Polícias Militares, órgão do Estado Maior do Exército, tendo merecido pronunciamento favorável. Maiores detalhes sobre a necessidade, oportunidade e elevado interesse público na adoção da medida, estão contidos na anexa cópia autêntica da justificativa apresentada pela Polícia Militar do Estado.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Art. 1.º — São consideradas em extinção as atuais vagas de Oficiais do Quadro de Capelães Policiais-Militares (QCPM) previstas na Lei n.º 7.047, de 21 de novembro de 1978, alterada pela Lei n.º 7.638, de 10 de setembro de 1982.

Parágrafo Único. As vagas em extinção do QCPM terão os seguintes destinos:

a) a de Major reverterá ao Quadro de Oficiais Especialistas de Policiamento Rodoviário, quando ocorrer a promoção do seu atual ocupante ao posto de Tenente-Coronel, previsto e existente no referido Quadro; e

b) a de Tenente-Coronel passará a integrar o Quadro de Oficiais Especialistas de Policiamento Rodoviário, quando o seu remanescente for atingido pelas disposições legais atinentes à reserva e outras que forem aplicáveis.

Art. 2.º — O Art. 4.º, da Lei n.º 5.926, de 22 de abril de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4.º — O Quadro de Oficiais Especialistas de Policiamento Rodoviário, será previsto em lei de fixação de efetivo da Polícia Militar do Paraná e constará de vagas para 1.º Tenente a Tenente-Coronel inclusive, de conformidade com as necessidades da Organização e efetivos do Batalhão de Polícia Rodoviária, sendo facultado aos mesmos o exercício do comando da unidade e respectivas subunidades."

Art. 3.º — O Parágrafo 4.º, do Artigo 2.º, da Lei n.º 7.047, de 21 de novembro de 1978, acrescido pela Lei n.º 7.638, de 10 de setembro de 1982, passa a ter a seguinte redação:

"§ 4.º — Para aplicação do parágrafo anterior criam-se automaticamente vagas no quadro de Oficiais QOPM em equivalência às extintas, em quantidade e postos estabelecidos no resumo dos Quadros de oficiais em extinção (Anexo 2), com exceção de 1 (uma) vaga de 1.º Tenente e 1 (uma) de Capitão do Quadro de Oficiais Especialistas de Policiamento Rodoviário que constituirão o Quadro de Capelães Policiais Militares."

Art. 4.º — O Quadro de Oficiais Capelães Policiais-Militares constituir-se-á de uma (1) vaga de Capitão e uma (1) de 1.º Tenente, que serão deduzidas do Quadro em extinção de Oficiais Especialistas de Policiamento Rodoviário, previstas no Anexo 2, da Lei n.º 7.047, de 21 de novembro de 1978, alterada pela Lei n.º 7.638, de 10 de setembro de 1982.

Art. 5.º — As alterações constantes desta lei não implicarão em aumento ou diminuição do atual efetivo dos Oficiais da Polícia Militar do Paraná.

Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

1. A Lei n.º 5.926, de 22 de abril de 1969, em decorrência do disposto no Decreto-Lei n.º 667, que reorganizou as Polícias Militares, criou na Polícia Militar do Estado do Paraná, o Quadro de Oficiais Especialistas de Policiamento Rodoviário, a ser preenchido por Inspetores Rodoviários oriundos do extinto Grupo Ocupacional de Polícia Rodoviária do Departamento de Estradas de Rodagem.

2. Esta lei limitou, aos optantes pela PMPR, o acesso ao Posto de Capitão, considerando também o Quadro em extinção, Artigos 4.º e 5.º da mesma lei.

3. Tendo os atuais oficiais do Quadro de Oficiais Especialistas de Policiamento Rodoviário revelado condições intelectuais, morais, físicas e de comando nas subunidades do BP Rv, bem como demonstrado proficiência no desempenho de suas funções, este Comando propõe o acesso dos mesmos até o posto de Tenente-Coronel, tendo em vista, principalmente, que nos Quadros da PMPR, os oficiais especialistas atingem os últimos postos da carreira, sendo portanto uma questão de justiça a permissão de acesso ao oficialato superior dos oficiais especialistas em policiamento rodoviário.

4. Para tanto proponho o aproveitamento das vagas de Major e Tenente-Coronel do Quadro de Capelães Policiais Militares (QCPM), as quais passarão para o Quadro de Oficiais Especialistas de Policiamento Rodoviário.

A alteração no QCPM se deve ao fato de que, atualmente existe um Major Capelão cuja promoção a Tenente-Coronel deverá ocorrer em julho de 1984, ficando, portanto, aberta uma vaga de Major.

Ocorre que nos demais Quadros de Oficiais Especialistas da PMPR o ingresso se dá mediante concurso e no posto de 1.º Tenente e somente os Capelães ingressam como Major constituindo-se, assim, uma exceção.

5. Com vistas a padronizar o ingresso dos oficiais concursados nos Quadros da PMPR propõe-se deixar em extinção as vagas de oficiais superiores do QCPM revertendo-as para o Quadro de Oficiais Especialistas de Policiamento Rodoviário e, ao mesmo tempo, aproveitando as duas primeiras vagas extintas deste Quadro, uma de 1.º Tenente e uma de Capitão Rodoviário para constituir o QCPM o qual em futura lei de fixação de efetivo poderá ser ampliado até o posto de Major.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 108/83.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO.

Apoiamto:

Rubens Bueno, Sabino Campos, Artagão Mattos Leão e Aníbal Khury.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente à Sociedade Rural Oeste do Paraná, congratulando-se pela celebração da Exposição Feira Agropecuária e Industrial de 03 a 06 de dezembro do vigente ano de 1983, na cidade de Cascavel e de igual modo pela edificação do moderno parque de exposições "CELSO GARCIA CID".

Pede, outrossim, o envio de cópia a todos os membros do Conselho Administrativo da referida entidade.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1983.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

A construção do Parque de Exposições CELSO GARCIA CID, na cidade de Cascavel, dá bem a dimensão de capacidade empreendedora dos dirigentes da Sociedade Rural Oeste que consagram tempo e trabalho em prol do desenvolvimento da próspera região oeste do Paraná.

Destaca-se, igualmente, a feliz iniciativa de se prestar uma justa homenagem ao "Paí da Pecuária Paranaense", Celso Garcia Cid, cuja vida foi símbolo de operosidade no Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a aprovação de um voto de congratulações ao Banco do Estado do Paraná pelo transcurso do seu 55.º aniversário.

REQUER ainda o envio da presente manifestação à presidência do Banco.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

O Banco do Estado do Paraná foi fundado em 28 de novembro de 1928, sendo na época presidente do Banco do Estado do Paraná, Afonso Alves de Camargo, e participou decisivamente no desenvolvimento econômico e social do Estado.

Motivo que, sem dúvida alguma, justifica o nosso requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER seja consignada em ata um voto de congratulações em homenagem ao I Centenário do Nascimento do Professor LYSIMACO FERREIRA DA COSTA, a ser comemorado em data de 1.º de dezembro de 1983.

REQUER, também, o encaminhamento do presente e do pronunciamento feito na sessão plenária desta data, enviando cópia da decisão tomada por esta egrégia Casa à família do homenageado.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de voto de congratulações ao presidente eleito do Diretório Central dos Estudantes da Fecivel, acadêmico de engenharia agrícola Ocimar Bin, e aos presidentes eleitos dos diretórios acadêmicos da área da Fecivel, respectivamente, presidente eleito do Diretório Acadêmico Visconde de Mauá, acadêmico Rudimar Rommel; presidente eleito do Diretório Acadêmico Setorial da Área Tecnológica, acadêmico Rogério Maranhão; presidenta eleita do Diretório Acadêmico Setorial da área de Saúde, acadêmica Vera Cavalcanti e presidenta eleita do Diretório Acadêmico da Área da Educação, acadêmica Jane da Rosa.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

A juventude universitária dá mais uma vez mostras de maturidade no exercício da democracia política.

Encerrados os mandatos das antigas diretorias do DCE e dos DAs, persiste a clareza dos dirigentes estudantis de seguir a trilha da discussão e das mobilizações em defesa de um ensino superior democrático, autônomo, nacional e voltado para os interesses da maioria da população.

Após um ano repleto de dificuldades para a nossa mocidade estudiosa, no qual o modelo econômico e educacional imposto pelo regime à Nação levou, ao abandono dos estudos dezenas de milhares de jovens, submeteu ainda mais as instituições de ensino superior aos ditames dos monopólios financeiros nacionais e internacionais e afastou a inteligência brasileira dos problemas do País, eis que reaparece, com vigor redobrado, o valioso movimento dos estudantes na luta pelo fim do regime, por liberdades políticas e contra o ensino massificado, desnacionalizado e alheio aos problemas e agruras da nossa gente.

A própria Carta-Programa do Diretório Central de Estudantes, que é filiado às sempre-vivas União Paranaense dos Estudantes (UPE) e União Nacional dos Estudantes (UNE), reflete com exatidão e espírito combativo e democrático das diretorias eleitas: luta permanente pela estadualização da Fecivel, apoio aos movimentos populares, integração cultural e esportiva entre as Faculdades da região oeste, participação nos jogos universitários do Paraná, realização da II Olimpíada Universitária de Cascavel, lançamento de peças teatrais e soma na luta da sociedade por justiça social e democracia.

Cremos, pois, ser da plena convicção desta Casa o apoio e a solidariedade às iniciativas destas lideranças oestinas, que deverão despontar para o Estado a partir deste rico solo do interior do Paraná. Em particular, registre-se nosso empenho pela constituição da Universidade do Oeste, luta que passaremos, neste instante, a organizar e vanguardar no interior do Parlamento Estadual.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de voto de louvor ao excelentíssimo senhor doutor Osvaldo Macedo, pelo seu relevante papel de defesa das liberdades públicas e da redemocratização da vida institucional brasileira.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

O pedido de demissão dos cargos de Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas e assessor político do governador José Richa apresentado pelo advogado e companheiro Osvaldo Macedo, semana passada, por razões alegadas exclusivamente particulares, deixa, sem dúvida, um vazio político na composição do governo do PMDB.

Sai do Governo e volta às suas atividades profissionais um homem de envergadura moral e política inigualável.

Sai mas não rompe com o Governo, o que é fundamental para a continuidade da luta de todos os patriotas e democratas que vêem no governo de oposição do Paraná uma perspectiva concreta de avançar na conquista de liberdades públicas as mais amplas e na construção do Estado de Direito Democrático.

Osvaldo Macedo, homem de têmpera e vocação política, constitui, nos dias de hoje no Paraná, uma das mais jovens e promissoras figuras do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Companheiro das horas difíceis do MDB merece de todos a mais distinta consideração e apreço em sua jornada contra o arbítrio e o entreguismo franqueados pelo regime ainda vigente.

Queremos crer que o seu retorno à sua querida Londrina deva significar o aprofundamento de suas convicções de defesa do homem e de seu trabalho.

Apostamos que muito mais que honrado pela estada de Osvaldo Macedo à frente do governo deva estar o conjunto dos deputados desta Casa, sempre o tendo como vanguardeiro da parcimônia no trato da coisa pública, de honradez inatacável e posições sempre firmes e audaciosas.

É este o termo que gostaríamos ver consignado nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em justiça às atitudes, crenças e comportamentos exemplares do combativo líder Osvaldo Macedo, companheiro que já habita o coração do Paraná e de sua gente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atri-

buições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, aprovação de voto de aplausos ao vereador Orides Ângeli, do município de Maringá, pelo seu empenho na luta em defesa da produção nacional do milho.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

O ilustre edil em questão, tem usado de seu mandato popular, entre outras atividades, para a defesa da produção nacional do milho. Essa produção, hoje, é inviabilizada pela importação do trigo, que hoje o substitui.

A valorização do milho diminuirá os gastos com importação tributária. Motivos que justificam nosso requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a aprovação de voto de aplausos ao médico veterinário Guilherme Kniebel e ao senhor Clodoaldo Vigianni, pelo trabalho agropecuário desenvolvido na Fazenda Antares, em Londrina, coroado com a conquista do prêmio de produtividade rural/83.

REQUER ainda que, do presente pronunciamento, dê-se ciência aos referidos senhores.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

O médico veterinário Guilherme Kniebel e o senhor Clodoaldo Vigianni adquiriram há cinco anos em Londrina, uma área de 96 hectares de terras improdutivas.

Essa área, Fazenda Antares, sendo objeto de dedicação e trabalho de seu proprietário, tornou-se a campeã paranaense de produtividade, ao vencer o prêmio produtividade rural/83.

Esse resultado é coroação do trabalho e experiência usadas para o aproveitamento da terra de maneira mais racional e rentável possível. Experiências divulgadas pela edição de 26 de novembro de 1983 da "Folha de Londrina".

Motivos que, sem dúvida, justificam esse voto de aplauso, estimulando assim a produtividade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, aprovação de voto de aplausos ao vereador Antônio Natálio dos Santos, do município de Apucarana, pelo seu empenho na luta em defesa da produção nacional do milho.

REQUER ainda que, do conhecimento do presente, dê-se ciência ao vereador em questão.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

O ilustre edil em questão, tem usado de seu mandato popular para o restabelecimento da valorização da produção nacional e paranaense do milho, além de outras atividades.

Essa produção hoje, é inviabilizada pela importação do trigo, que o substitui.

A valorização do milho diminuirá gastos com importação do trigo; sendo fator gerador de empregos e de aumento da arrecadação tributária.

Motivos que justificam nosso requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atri-

buições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, aprovação pelo seu dinâmico e desinibido empenho na luta em defesa da produção nacional do milho.

REQUER ainda que, do presente pronunciamento, dê-se ciência ao senhor Oswaldo.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

O senhor Oswaldo Chiucheta, industrial maringaense há mais de 20 anos no ramo de cereais, tem se destacado em defesa da produção do milho, contra o atual monopólio estatal do trigo, manipulado em favor de alguns moinhos privilegiados e multinacionais, a preços subsidiados.

A desvalorização da produção nacional e paranaense do milho origina-se na importância do trigo, que o substitui, sendo repassado de forma reprovável a alguns privilegiados.

Isso é fato de importância para nossa economia, o que justifica nosso requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de cumprimentos aos excelentíssimos senhores prefeito municipal de Cafelândia, Agenor Pasquali, e vice-presidente municipal Daniel Foole, pelo transcurso do primeiro aniversário de emancipação político-administrativa do município de Cafelândia.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

É sempre regozijo que recebemos o avanço e o progresso das unidades municipais, pois aí vemos florescer a tese do municipalismo em nossa Pátria.

Todos os cidadãos já sabem das agruras por que passam os nossos municípios, frente ao arrocho tributário imposto pelo governo federal, mas ainda assim não cessam de ressurgir os verdadeiros municipalistas na defesa dos interesses das gentes paranaenses de todos os rincões do Paraná.

Os deputados da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná manifestam com alegria os seus cumprimentos ao povo amigo de Cafelândia, pelo transcurso do primeiro ano de emancipação político-administrativa desse município oestino, porque vemos reafirmada a luta democrática pela reforma tributária e fiscal.

É o transcurso deste evento histórico para a vida da região mais um demonstrativo de que nossos municípios são viáveis, basta que se lhes dê autonomia, independência e que se lhes garantam os recursos produzidos pelo seu povo.

Os cumprimentos são extensivos aos dignos vereadores de Cafelândia e a todos os pioneiros que fincaram as primeiras marcas da presença do homem e de seu espírito progressista e libertário.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado telex a excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação, professora Gilda Poli Rocha Loures, em que solicita a assinatura de resolução congelando as taxas e semestra-

lidades nas instituições estaduais de ensino.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

O governo federal desfecha constantes ataques a Universidade Pública. Executa uma política de redução crescente das verbas, dificulta a suplementação e leva ao fechamento os hospitais, escolas e restaurantes, e à desativação os laboratórios e centros de pesquisa.

A política educacional implementada pelo MEC e seu órgão de assessoria, o CFE, aprofunda a privatização do ensino e reforça a estratégia desnacionalizante do regime. E a linha de coerência da política oficial com a implantação do ensino pago está explícita no Programa do MEC para 1984, que prevê a redução das vagas no ensino público e a expansão das vagas na rede particular. Esta política em curso pretende, ainda, aumentar os lucros das mantenedoras das escolas particulares, aumentando abusivamente as semestralidades e oferecendo-lhes as instalações das universidades públicas e, portanto, insentando aquelas de investimentos em laboratórios, bibliotecas, etc...

E recoloca-se na ordem do dia a questão dos encargos educacionais. Com ela a pergunta de toda a sociedade: de quem é a responsabilidade por estes encargos? A resposta parece-nos já está dada naquela consigna que varou o País tempos atrás, nas bandeiras de luta da UNE, ANDES, FASUBRA, CPB e UBES: EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO. Temos segurança, deve ser esta também, a resposta a ser dada pelo governo de oposição José Richa e de sua Secretaria de Estado da Educação.

Sabemos, perfeitamente, os passos concretos já trilhados pela equipe estadual da Secretaria da Educação, com o compromisso de extinguir as ditas "taxas da Fundepar", a negociação dos índices de reajuste nas IES estaduais e conseqüente congelamento das taxas administrativas e redução das semestralidades, a suplementação de recursos para pagamento integral das folhas de pessoal das estaduais, entre outras providências de conteúdo programático.

Propomos, a par disso, nesta hora grave para a Nação brasileira, em particular para a sua mocidade estudiosa, a concretização da antiga bandeira do congelamento das semestralidades/mensalidades das instituições estaduais de ensino, como forma de contrapormo-nos à política recessiva e privatizante seguida pelo MEC e, ao mesmo tempo, darmos vida ao anseio dos paranaenses de acesso a um ensino público e gratuito.

A proposta de congelamento das semestralidades, mensalidades concretiza, outrossim, a tese social de "nenhum estudante fora das escolas" e dá exemplo ao Brasil de como se cristaliza a democracia no campo das lutas econômicas dos brasileiros.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Conselho de Polícia Civil, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, no sentido de que se permita aos atuais ocupantes de cargos C.L.T., daquela Secretaria, a inscrição para o concurso de Agente de Segurança, dispensado o requisito de idade máxima de 30 anos.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1983

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Estado da Segurança Pública abriu inscrições no período compreendido entre 07/11 a 07/12 do corrente, para concurso público, no sentido de preencher vagas de agente de segurança, escrivão de polícia e carcereiro, sendo que uma das exigências para habilitar-se ao referido concurso é de que o pretendente tenha idade limite de até 30 anos.

Considerando que a Secretaria da Segurança tem em seus quadros funcionários contratados pelo regime CLT, muitos dos quais já prestaram relevantes serviços à Segurança Pública de nosso Estado e dispõem ainda de vasta experiência nesse campo profissional, seria de bom alvitre que os citados celetistas tivessem acesso ao próximo concurso público, dispensando-lhes o pré-requisito de idade máxima já aludido.

Cientes de que o Conselho de Polícia reexaminará, com o zelo que lhe é peculiar, a citada norma, beneficiando assim os funcionários já contratados e dando-lhes a oportunidade de, ao demonstrar capacitação, ingressar de modo efetivo nos quadros da Secretaria da Segurança Pública de nosso Estado, subscrevemos o presente requerimento, para o qual pedimos a acolhida desta Casa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao excelentíssimo senhor vereador de Curitiba, doutor Mauro Moraes, em que solicita apoio ao Projeto de Lei Municipal que extingue a taxa "Estar" de estacionamento na malha central de Curitiba.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

A proliferação da cobrança de taxas e tributos por parte do Poder Público tem significado uma sobrecarga insuportável para vastos setores da sociedade. Tanto pior quando sabemos que estes impostos, apresentados sob diversos nomes, não reverterem, na mais das vezes, em melhorias nas condições de vida dos contribuintes.

A introdução do "Estar" insere-se neste contexto de afastamento da população nas decisões que lhe dizem respeito. Ditado, não pelo municipalismo e, sim, pela sanha de mais arrecadar para fazer frente aos projetos antisociais do antigo governo municipal pedessista, o "Estar caracteriza-se como bitributação e, portanto, inconstitucional, isso já o demonstrou, magistralmente, o professor Aloísio Surgik, coordenador da Faculdade de Direito da UFPR.

Ademais, não temos dúvida de que esta taxa do estacionamento no centro da cidade (e observe-se que há muito esta barreira foi suplantada), além de não resolver o problema do estacionamento no centro de Curitiba e ter degenerado em onda de multas inaceitáveis sobre os proprietários dos veículos, tem na sua base originária o favorecimento de grupos econômicos privados que detêm as áreas de estacionamento na Capital.

Dai o nosso apoio a esta medida de extinção da cobrança pelo Poder Público do estacionamento em nossa Capital, por entendê-la democrática e voltada para os interesses das camadas médias de nossa sociedade, já tão aviltadas pela política econômica do governo federal.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, oficie-se ao secretário dos Transportes, solicitando que a rodovia de Cacatu a sede do município de Guaraqueçaba receba pavimentação - que poderá ser como paralelepípedos - especialmente nos trechos de maiores acidentes geográficos para que seja possível o trânsito também em épocas chuvosas.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1983.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Agricultura, doutor Klauss Magno Germer, solicitando as seguintes informações:

- 1) quantos e quais funcionários foram demitidos a partir de 15/03/83, suas formações, funções e salários à época da demissão;
- 2) quantos e quais funcionários foram contratados a partir de 15/03/83, suas formações profissionais, funções e salários à época da contratação;
- 3) quantos e quais funcionários, suas formações profissionais e salários, que se encontrem à disposição (com e sem ônus para a Secretaria) de outros órgãos, e data do ato administrativo determinando tal situação; e
- 4) quantos e quais funcionários, suas formações profissionais e salários, que se encontram à disposição da Secretaria da Agricultura (com e sem ônus), e quais os órgãos de origem, e data do ato de disposição.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1983.

(a) NILSO SQUAREZI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, através do excelentíssimo senhor ministro das Comunicações, encarecendo a criação e instalação de uma agência do ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, na municipalidade de Juranda.

Juranda emancipou-se político e administrativamente há pouco tempo, tendo portanto, diversas dificuldades decorrentes do curto período de sua criação.

Além dos problemas existentes a serem solucionados, é necessário que se realize um estudo profundo visando possibilitar a adequação de diversos Organismos Públicos, em face do crescimento verificado nos últimos tempos naquele município, a uma nova realidade sócio-econômica.

Dentre estas várias necessidades, a criação e instalação de uma agência naquela cidade, é fato de vital estrutura condizente com o fluxo de correspondências.

Ademais, é fundamental que a futura agência pertença ao controle de uma outra regional, mais próxima de Juranda, e não mais a Cascavel.

Espera-se o pronto atendimento do que ora é reivindicado, gerando diversos benefícios àquela coletividade.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Cultura e do Esporte, encarecendo a realização de estudos devidos visando verificar a disponibilidade de recursos a serem aplicados em obras de reformas gerais no Estádio Municipal, localizado na municipalidade de Araruna.

Os habitantes estão realizando reclamações quanto ao estado que se encontra o Estádio Municipal de Araruna, como: gramado em péssimas condições de uso, alambrados e demais instalações com várias problemáticas. A precária condição do meio esportivo ararunense, através do excelentíssimo senhor Osvaldo Valarni, prefeito municipal, onde é reafirmada a real necessidade de desenvolver reformas gerais naquele Estádio, a fim de que o mesmo possa voltar a ser um local condicionado a desenvolver competições das mais variadas modalidades, especialmente para a juventude.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo diretor superintendente da Sanepar-Saneamento do Paraná, através do excelentíssimo senhor secretário de Estado do Interior, objetivando a realização de estudos visando reavaliar do sistema geral de captação e distribuição de água da rede localizada na municipalidade de Terra Boa.

Atualmente os habitantes do município de Terra Boa constantemente têm enfrentado diversos problemas no que se refere a captação e distribuição de água potável, decorrentes da falta de uma revisão nos equipamentos, tais como reparos e substituição de parte daquele sistema.

Portanto, por muitas vezes aquelas situações são responsáveis por diversos transtornos, ante a qualidade de água, ou até mesmo a falta da mesma.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente a excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação e ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Administração, solicitando reparos necessários e urgentes no prédio da Escola Estadual "Telémaco Borba", ensino de primeiro grau, em Tibagi.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação se faz, tendo em vista que a re-

ferida escola necessita de reparos gerais no prédio, como também a construção de uma cancha de areia para aulas de educação física, para poder melhor atender sua comunidade escolar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente a excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação e ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Administração, solicitando reparos no prédio do Colégio "Irênio Moreira Nascimento", ensino de primeiro e segundo graus, em Tibagi, bem como, construção de dependência para almoxarifado e casa para abrigar um guardião.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR.

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação se faz, tendo em vista que o referido colégio necessita de reparos urgentes, bem como, uma casa para abrigar um guardião, a fim de evitar atos de depredação que vêm ocorrendo no prédio.

Outrossim, solicito ainda, a construção de dependência para almoxarifado para melhor acolher o material escolar, que encontra-se em local desapropriado, sofrendo danos e perdas, criando dificuldade de atendimento à comunidade escolar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos excelentíssimos senhores professores Paulo Bittencourt Beltrão, presidente do Conselho Estadual de Educação, e Padre Paulo Kuno Rodhen, presidente da Comissão de Encargos Educacionais do Conselho Estadual de Educação, em que solicita a votação de Deliberação naquele egrégio órgão colegiado "congelando" as taxas e mensalidades das instituições estaduais de ensino do Paraná e reduzindo sensivelmente, em relação ao fixado pelo Conselho Federal de Educação, as taxas e mensalidades nas instituições privadas de ensino.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

O governo federal desfecha constantes ataques à Universidade Pública. Executa uma política de redução crescente das verbas, dificulta a suplementação e leva ao fechamento os hospitais, escolas e restaurantes, e à desativação os laboratórios e centros de pesquisas.

A política educacional implementada pelo MEC e o seu órgão de assessoria, o CFE, aprofunda a privatização do ensino e reforça a estratégia desnacionalizante do regime.

Estas colocações explicitam-se ao analisarmos o Programa do MEC para 1984, que prevê a redução das vagas no ensino público e a expansão das vagas na rede particular. Esta política em curso pretende, ainda, aumentar os lucros das mantenedoras das escolas particulares e, portanto, isentando aquelas de investimentos em laboratórios, bibliotecas etc...

Vem à tona, novamente, a questão dos encargos educacionais. E com ela a pergunta de toda a sociedade: de quem são de direito, estes encargos? A resposta, parece-nos já está dada naquele dístico que varou o País tempos atrás, nas bandeiras da

UNE, ANDES, FASUBRA, CPB e UBES: EDUCAÇÃO, Direito de Todos, Dever do Estado. Acreditamos seja esta, também, a resposta a ser dada pelo egrégio Conselho Estadual de Educação.

Neste sentido propomos sejam dois os tratamentos conferidos à questão de encargos: 1) Instituições Estaduais — cabe, neste caso, a reivindicação da comunidade universitária de congelamento das taxas e mensalidades/semestralidades, já que se trata de uma mantenedora que é o próprio Estado; 2) Instituições privadas: aqui a situação já é mais complexa, pois foi o próprio Estado quem abriu campo para a privatização do ensino, no sentido da descompressão da demanda, daí a necessidade de procurar-se um índice negociado entre a comunidade interessada e as representações da rede particular de ensino.

Acreditamos que uma solução nesta linha deverá auxiliar no sentido de dizer um basta à evasão escolar, elemento social que envergonha este parlamento e este País e ao mesmo tempo avançar na caminhada em defesa do ensino público, gratuito e acessível à maioria da população brasileira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor governador do Estado, solicitando a liberação de recursos para a realização do I Congresso do Movimento Tradicionalista Gaúcho, que realizar-se-á nos dias 10 e 11 próximo na cidade de Guarapuava.

Hoje mais do que nunca, a cada momento, o povo de um modo geral, vem perdendo o interesse pelas culturas tradicionalistas, responsáveis por todos os ciclos artísticos no Brasil, trazidos pelos antepassados de diversas origens étnicas, que formam a nossa população.

Por outro lado, é salutar fazer referência aos movimentos que têm como objetivo preservar tais tradições, trazendo-as ao conhecimento de um maior número possível de pessoas, pois as manifestações culturais, todas elas tiveram como ainda possuem, uma influência na formação da humanidade, em todos os seus aspectos.

Temos em nosso Estado, verdadeiros Centros Culturais, como o Centro de Tradições Gaúchas Índio Bandeira de Campo Mourão, que ocupa destacado papel na sociedade de toda a região, além de suas representativas participações nos eventos desta natureza, como o que se pretende realizar em Guarapuava.

Espera-se portanto, por parte do excelentíssimo senhor governador a ajuda do que ora é recorrido, atendendo iniciativa dos senhores Lírio Magioni e Bernardino Vian, membros do CTG de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado das Finanças, objetivando a liberação de recursos a serem aplicados no pagamento de diversas dívidas contraídas pelas Administrações anteriores, assim como para a aquisição de materiais necessários a execução de obras diversas, na municipalidade de Terra Boa.

Encontra-se aquele município com inúmeras dificuldades de diversas ordens, decorrentes das dívidas existentes oriundas das administrações anteriores assim como da real necessidade de se efetuar realizações de diversas obras que necessitam serem desenvolvidas. A situação de profunda crise por que passam

os municípios, existe em face da injusta distribuição de renda, onde sobra quantias de pouco significado aos municípios, que sem dúvida são os que tem a maior responsabilidade sobre os problemas da população no sentido de resolvê-los.

Em face de tal conjuntura, torna-se necessário que medidas se dirijam para o aspecto ora recorrido no município de Terra Boa, capazes de ao menos, amenizar os problemas de ordem financeira.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1983,

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado das Finanças, objetivando a liberação de recursos a serem utilizados no pagamento de diversas dívidas da administração municipal de Campina da Lagoa, assim como para a aquisição de diversos materiais.

Verifica-se atualmente, as dificuldades que todos os níveis da administração de Campina da Lagoa, vem enfrentando, decorrentes de grave crise econômica que atinge toda a nação. No entanto, são indiscutivelmente os municípios que mais contribuem em termos de arrecadação de impostos para os cofres da União, assim como estes mesmos recursos não apresentam o retorno que seria necessário, havendo o chamado centralismo tributário. Tal conjuntura reflete em todos os setores sociais, notadamente nas camadas de menor poder aquisitivo, resultantes da insolvência de muitas localidades.

Diante disto, Campina da Lagoa, tem um plano de atuação administrativa, cuja elaboração está voltada aos verdadeiros interesses da comunidade, mas que não apresenta boa perspectiva de se concretizar, ante a ausência de recursos, sem contar as dívidas diversas que aquela administração municipal tem, contraídas em gestões anteriores, destacando-se a falta de pagamento ao funcionalismo público; obras em geral; ausência de combustível para a conservação e recuperação de estradas rodoviárias ou para o transporte de estudantes da zona rural.

Ante a esse quadro, espera-se por parte dessa secretaria de Estado das Finanças, a tomada de medidas que possam vir ao menos amenizar os problemas ora recorridos.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, envio de correspondência ao senhor ministro chefe da Casa Civil da Presidência da República, professor João Leão de Abreu; solicitando urgência no envio ao congresso nacional da Proposta de Emenda Constitucional, do anteprojeto de lei complementar e do anteprojeto de lei ordinária, que constituem o Estatuto da Micro Empresa, mantendo-se inalterada sua redação inicial.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1983.

(a) MARCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Fruto de todo um arrazoado apresentado pela Associação de Micro Empresas do Paraná, bem como de outras entidades congêneres do País, o Estatuto da Micro Empresa, visa dar um tratamento diferenciado a estas empresas, sendo que quando de sua apresentação ao então ministro da desburocratização, Hélio Beltrão, o mesmo foi muito bem recebido por aquele ministro, o que, sem dúvida alguma, deu esperanças aos empresários que acreditaram numa solução rápida dos seus problemas

principalmente os que dizem respeito à carga tributária, linhas de crédito especiais e a eliminação de exigências burocráticas excessivas que vêm sufocando as microempresas.

Aparentemente estava resolvido o problema, porém, passados mais de 90 dias de sua apresentação, o documento ainda, está parado no Gabinete Civil da Presidência da República, sem que haja um prazo previsto para a sua tramitação normal. Sabendo-se que 70 por cento dos empregos existentes, hoje no Brasil, são oferecidos pelas pequenas e médias empresas, o que equivale dizer que grande parte da mão-de-obra economicamente ativa do País, é absorvida por estas empresas, é no mínimo muito estranho que o projeto esteja "mofando" em alguma gaveta em Brasília.

Ainda que não tivéssemos outros argumentos, a simples constatação de que os pequenos empresários não possuem capital suficiente para concorrer em pé de igualdade com as grandes empresas, já nos seria suficiente para exigir o apressamento da tramitação dos projetos em questão. Ainda que o ministro da Indústria e Comércio, Doutor Camilo Pena, em declarações publicadas no jornal "Folha de São Paulo", do dia 06.11.83, na página 33 tenha dito que: "Nós não podemos exagerar em certas isenções fiscais e em certos subsídios. Se isso for feito, vai desequilibrar a competição entre a pequena, a média e a grande empresa".

Ora, senhor ministro, já está na hora de privilegiarmos de todas as formas que nos forem possíveis, as microempresas pois estas representam, em última análise, o capital genuinamente nacional, aqui gerado e aqui mesmo reinvestido, o que trocado em miúdos, irá significar o reaquecimento de nossa economia e a geração de mais empregos, além de garantir a sobrevivência do até aqui massacrado pequeno empresário.

É bom que se frize que um dos entusiastas deste projeto, ex-ministro Hélio Beltrão, pela própria condição de ex-ministro, já não pode acompanhar a tramitação normal do Estatuto da Micro Empresa, razão pela qual cabe a todos os segmentos da sociedade comprometidos com as necessárias mudanças a serem efetuadas no Brasil, lutar pelo encaminhamento e, deste modo, nada mais justo que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, funcione como instrumento de cobrança para que o projeto siga seu curso normal.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, veemente apelo no sentido de que seja providenciada, com a máxima urgência, a conclusão das obras de ligação rodoviária, entre o Vale do Rio Pequeno e Cachoeira ao Salto do Limoeiro, no litoral do Estado.

Justificando o requerimento encaminhamos o pedido de interveniência, assinado por proprietários da região e dirigida ao Presidente do Sindicato Rural de Morretes, onde os interessados justificam as razões do pedido e solicitam providências contando com a boa vontade do governo.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a transcrição na ata dos trabalhos da presente sessão, de artigo jornalístico publicado na página 03 da edição do dia 23.11.83, no Jornal "O Jornal de Maringá", sob o título "O Paraná é o Maior Produtor de Milho mas importa cereais".

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

O artigo versa sobre entrevista concedida, pelo senhor Oswaldo Chiuchetta, industrial radicado em Maringá, e há mais de vinte anos no ramo de cereais. Critica a política federal nessa área, destacando os prejuízos sofridos pelo Paraná, em função de tal política.

Destaca também os prejuízos sofridos pela suinocultura e avicultura paranaense. Essas são questões de importância para a economia paranaense, o que justifica o seu registro nos anais desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inscrição nos Anais do Editorial "Governando por ameaças", da "Folha de Londrina", de 24.11.83, e solicita o envio de cumprimentos ao Conselho Editorial daquele órgão diário de imprensa.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

A equipe de trabalho do jornal "Folha de Londrina", dá uma vez mais mostras de comprometimento com a realidade social e financeira dos municípios brasileiros, ao veicular o vigoroso editorial "Governando por ameaças", de 24.11.83, que retrata o desrespeito do governo federal em relação ao Congresso Nacional. A matéria traz à luz dos paranaenses a prática autoritária que norteia a ação da camarilha palaciana responsável pelos negócios financeiros e econômicos do Brasil em especial o intento tecnocrata de sufocar a luta municipalista pela reforma tributária.

Constitui, enfim, uma peça acusatória singular e um libelo contra o centralismo e a quebra da autonomia municipal.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 240/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado o Distrito Administrativo da Cachoeira do Espírito Santo, no município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1983.

(a) HERMAS BRANDÃO.

JUSTIFICATIVA:

O lugarejo conhecido atualmente como CACHOEIRA DO ESPÍRITO SANTO, com mais de 50 (cinquenta) casas residenciais e comerciais, possui uma população estimada (Censo de 80), em cerca de 2.000 (duas mil) pessoas, satisfazendo, desta forma, as exigências contidas no Artigo 9.º e seus incisos, da Lei Complementar n.º 02/73, de 18 de junho de 1973, para a sua elevação à condição de Distrito Administrativo do município de Ribeirão Claro, neste Estado. O povoado de Cachoeira do Espírito Santo, está compreendido dentro dos seguintes limites:

Ponto inicial — partindo da foz do Ribeirão Valim, na Represa Xavantes, divisa interestadual com o Estado de São Paulo, (incluindo as ilhas Espírito Santo, Bela Vista e do Cruzeiro); por esta divisa até a foz do Ribeirão Jaboticabal; por esta acima até o Ribeirão Novo e este acima até a Água da Barras e, por esta acima até sua cabeceira e daí pelo espigão divisor

das Águas do Ribeirão Três Passagens e Ribeirão Paraguai; por este divisor de águas até a altura da nascente do Ribeirão Taquaraçu, linha seca até a referida nascente, descendo pelo Ribeirão Taquaraçu até cruzar a estrada para Joaquim Távora-LZ 301; por esta estrada contornando o Patrimônio de São Sebastião (incluindo o referido patrimônio), até a estrada da Cachoeira; por esta estrada até o cruzamento com o Ribeirão dos Valem até sua foz, na Represa Xavantes, ponto inicial.

Contando já com diversas benfeitorias públicas, tais como energia elétrica, telefone, água encanada, escolas, etc., Cachoeira do Espírito Santo reúne condições suficientes para ser elevado à categoria de Distrito Administrativo, do município de Ribeirão Claro. Com o comércio pujante e localizado em às margens da Represa de Xavantes, o que lhe concede também um atraente potencial turístico. Por essas razões, e por estar distante apenas 12 quilômetros da sede do município de Ribeirão Claro, Cachoeira do Espírito Santo espera ser elevado à categoria de Distrito, o que viria atender aos próprios interesses administrativos da Prefeitura de Ribeirão Claro, além de significar a realização de um antigo sonho dos moradores de Cachoeira.

Ante ao exposto, solicitamos o indispensável apoio dos nobres Deputados com assento nesta Casa, para que o presente projeto de lei venha a ser aprovado, atendendo, desta forma, velha aspiração daquela comunidade operosa do Norte Pioneiro.

PROJETO DE LEI Nº 241/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a "Guarda Mirim de Assis Chateabriand", com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1983.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública está devidamente registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas e tem por finalidade dar toda assistência à infância e ao jovem socialmente desajustados e carentes de apoio. Através do estudo dirigido o do trabalho, pretende a Guarda Mirim de Assis Chateabriand, despertar no jovem a consciência da responsabilidade, o interesse pela conservação do bem comum, a preservação da ordem e da disciplina cívica, a formação moral e intelectual, preparando-o para o futuro, como cidadão a serviço da nossa Pátria.

Assim sendo, apresentamos aos nobres Pares o Presente projeto de lei, esperando o devido apoio e posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Djalma de Almeida Cesar) Está finda a leitura do expediente.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar as presenças dos Srs. Prefeito Municipal de Pato Branco, Astério Rigon, Miguel Belmonte, Presidente do Diretório Municipal do PMDB de Pato Branco; e vereadores da Câmara Municipal de Pato Branco, Germano Corona, Itaci Seben, Nelson Sguarezzi, Neri Garbin, e o Presidente Valdecir Danka. Ainda, a presença do Sr. Darcy Lucini, Chefe do Núcleo Regional da SEAG, em Pato Branco.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. presidente, srs. deputados.

(Lê) "Um dos direitos humanos do cidadão é a própria segurança. Um dos maiores deveres jurisdicionais do Estado é

garantir essa segurança, sem a qual não existe tranquilidade para o trabalho, garantia de incolumidade física, paz pública. Estivemos na cidade de Cambará, uma progressista e aparentemente pacífica cidade deste nosso Estado. E estarreceu-nos o clima de temor generalizado, e o público clamor de toda uma população, indefesa ante a ação de marginais.

Dia 12 de outubro, fuga de presos.

Dia 8 de novembro, nova fuga de presos.

Meliantes aterrorizam a cidade de Cambará, não só como consequência de constantes evasões de criminosos perigosos. A cidade é também acesso principal para os viajantes oriundos de São Paulo e Mato Grosso que se destinam ao norte do Paraná.

Cambará, dezoito mil habitantes.

Guarnição policial: um delegado leigo, um sargento, três soldados.

Equipamento policial: dois carros velhos.

À reposição de peças e pneus dessas duas viaturas é paga pela Prefeitura do município ou por particulares. Exatamente, por pessoas ou empresas da cidade. E o próprio combustível também é pago pelo município ou pela comunidade, porque a cota fornecida pelo Estado é insuficiente. Esta situação não é nova, e dela já foi cientificada, pela Delegacia de Polícia de Cambará, à Secretária de Segurança Pública, através da sua Divisão de Polícia do Interior. E tão antiga quanto escandalosa essa denúncia de que uma comunidade pacífica está à mercê de marginais, por falta de equipamento material e humano, sequer para guarnecer um quartirão, quanto mais uma cidade de 18.000 habitantes. Em vista do exposto, o Deputado que adiante subscreve registra aqui o seu mais veemente protesto e apela, em nome daqueles 18.000 desprotegidos, no sentido de que o excelentíssimo senhor secretário de Segurança Pública determine o urgente reequipamento material e humano da guarnição policial de Cambará, bem como levantamento das circunstâncias que facilitam as constantes fugas dos presos. A urgência aqui solicitada refere-se a ato imediato, a ser adotado talvez hoje mesmo. Porque qualquer violência que ocorra naquela cidade, já estando a Secretária de Segurança Pública advertida por relatórios administrativos, e agora, por este compromete por omissão sua mais alta autoridade.

Para que essa condição se efetive, requeremos à Mesa que se digne determinar o urgenciamento de comunicação deste pronunciamento ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública. Obrigado Sr. Presidente".

O SR. PRESIDENTE (Djalma de Almeida César) — Antes de anunciar o próximo orador inscrito para o Pequeno Expediente, esta Presidência tem a satisfação, também, de anunciar as presenças dos Srs. Presidente do PMDB de Tibagi, Nelson Orbin; e Vereadores Jorge Cardoso, Deodete Pinto Ribeiro, Reinaldo Cobai, e João Mendes do Amaral; e ainda do Tesoureiro do PMDB de Tibagi, Vaécio Mendes.

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MARCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nos últimos dias tem se avolumado, no noticiário da imprensa nacional, o boicote que nos Gabinetes em Brasília vem ocorrendo em cima do Estatuto da Micro Empresa. Como todos, nós temos conhecimento, foi inclusive, com a participação intensa dos empresários do Paraná que através da sua Associação de Micro Empresas, presidida pelo Sr. Gerson Weiss, que, no início deste ano se conseguiu sensibilizar área expressivas do Governo Federal, principalmente no Ministério da Desburocratização, sobre a importância e necessidade de se elaborar a legislação, visando a desburocratização e a isenção de diversas taxas federais e estaduais, às micro empresas brasileiras. Fruto desse arrazoado, apresentado, como dissemos, pela Associação de Micro Empresas do Paraná e de outros Estados da Federação, visando dar um tratamento diferenciado a estas empresas, foi junto ao ex-Ministro

Hélio Beltrão, que se encontrou a acolhida e a atenção necessárias, a ponto de há cerca de 90 dias, ter dado entrada na Casa Civil do Palácio do Planalto, do conjunto de instrumentos legais, considerado hoje como o Estatuto da Microempresa.

Trata-se da proposta de emenda constitucional, incluindo um parágrafo único ao artigo 170 da Constituição Brasileira e uma proposta de lei complementar e de lei ordinária, tentando com isso, através dos dispositivos dessa legislação, esvaziar a carga tributária e abrir linhas especiais de crédito, e a eliminação de exigências burocráticas excessivas que vêm sufocando as microempresas.

Aparentemente estava resolvido o problema, porém, passados mais de 90 dias da sua apresentação, o documento ainda está parado no gabinete civil da Presidência da República, sem que haja um prazo previsto para a sua tramitação normal, sabendo que 70 por cento dos empregos existentes no País são oferecidos pelas pequenas e médias empresas, o que equivale dizer que grande parte da mão-de-obra, economicamente ativa do País, é absorvida por essas empresas; é no mínimo, muito estranho que o projeto esteja "mofando" em alguma gaveta em Brasília.

Ainda que não tivéssemos outros argumentos, a simples constatação que os pequenos empresários não possuem capital suficiente para concorrerem em pé de igualdade com as grandes empresas, já não seria suficiente para exigir o apressamento da tramitação dos projetos em questão.

Ora, senhor presidente, ainda que o ministro da Indústria e do Comércio, em declarações recentes do senhor Camilo Pena, tenha dito que não possamos exagerar em certas isenções fiscais e em certos subsídios, e que se isso for feito, numa flagrante ameaça aos microempresários, ocorreria o desequilíbrio, na competição entre a pequena, a média e a grande empresa; numa clara constatação de onde vem o boicote ao Estatuto da microempresa.

Senhor presidente, senhores deputados, o nosso apelo nessa tarde, é de que a Assembléia Legislativa do Paraná, em conjunto, se dirija ao excelentíssimo senhor chefe da Casa Civil do Palácio do Planalto, exigindo como forma original, como foi produto da discussão com os empresários, notadamente na pequena e média empresa do País todo, através das suas associações, que esses projetos venham a ser encaminhados ao Congresso Nacional e que sem mais perda de tempo, se faça justiça e se dê, de direito, à pequena e média empresa, genuinamente de caráter nacional, as facilidades creditícias, a desburocratização do seu funcionamento.

É nesse sentido, senhor presidente, senhores deputados, a justificativa da nossa manifestação nessa tarde.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Edmar Luiz Costa) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Senhor presidente, senhores deputados.

Há algum tempo atrás, nós recebíamos reivindicações de alguns companheiros de Antonina, preocupados com a situação do porto local.

Tivemos oportunidade, inclusive, de acompanhar em noticiários da imprensa, de que o governo do Estado do Paraná, não teria intenção de solucionar aquele grave problema, criado pela

empresa Matarazzo lá no Porto de Antonina.

Comunicamos hoje a esta Casa, com muita satisfação, que na sexta-feira próxima passada, fomos a Antonina, acompanhando o senhor secretário dos Transportes, para lá darmos início ao trabalho de um guindaste com grade, que foi instalado naquele porto pelo governo do Estado do Paraná, solucionando para sempre, aquilo que os capelistas, que os companheiros de Antonina tanto temiam, que era a paralização do seu porto. E mais, com a instalação daquele guindaste, um navio que demorava de 5 a 6 dias para ser descarregado, hoje está sendo descarregado em 32 horas.

Portanto, ficou comprovado mais uma vez, que o governador José Richa, cumprindo aqueles compromissos que assumiu durante a campanha, vem dando todo o apoio aos municípios paranaenses, sejam eles geridos por prefeitos do PDS, sejam eles geridos por prefeitos do PMDB.

Inclusive, nós tivemos, no acompanhamento deste caso, solicitações de companheiros dos dois partidos políticos, tanto os companheiros do PDS como os do PMDB, estavam preocupados com aquela situação, e hoje todos estão de parabéns; os políticos que lá militam e os habitantes de Antonina de modo geral. Eu apresentei também na tarde de ontem, dois requerimentos, requerendo o parcelamento do ICM referente ao mês de dezembro de 1983 em três parcelas, e outro requerendo a concessão de anistia de juros de mora e multas, para pagamento de ICM em atraso.

Queria, nesta oportunidade, solicitar ao senhor secretário das Finanças e ao senhor governador do Estado do Paraná, que dêem uma atenção especial a esses requerimentos, porque eles vêm, de maneira total, ajudar principalmente o comércio varejista que tem o seu faturamento maior girando entre 20 e 30 por cento no mês de dezembro, muitas vezes vendendo a crédito, e teria que recolher esse ICM todo até 15 de janeiro.

E no segundo requerimento, isentando de juros...

(Reassume a presidência o senhor deputado Djalma de Almeida Cesar).

O SR. PRESIDENTE (Djalma de Almeida Cesar) — Quero levar ao conhecimento do senhor deputado que está na tribuna que o seu tempo está encerrado, entretanto a presidência concede-lhe mais um minuto para o encerramento de suas palavras.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Agradeço a deferência de vossa excelência e considero o meu pronunciamento encerrado.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Djalma de Almeida Cesar) — Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Senhor presidente, senhores deputados.

Já há alguns meses nós estamos mantendo contato com a superintendência regional do INAMPS, no Paraná, com a doutora Ana Luiza Schneider Gondim, para que aquela superintendência instalasse no município de Matinhos uma unidade móvel, uma unidade volante. E para tanto, para que o nosso objetivo fosse alcançado, tornou-se necessário desativar uma unidade móvel no interior, já que o Ministério ao qual está subordinada esta superintendência, não tem verba para absolutamente nada.

Então, com a desativação de uma unidade móvel no interior do Estado, vai ser possível, nos próximos 10 dias, a assinatura de um convênio entre o INAMPS e o município de Matinhos, para que essa unidade móvel possa ser instalada no hospital Nossa Senhora dos Navegantes daquele município.

A verba mensal será de 501 mil cruzeiros, sendo que 300 mil e seiscentos cruzeiros para o conveniente, e 200 mil e 400 cruzeiros para o interveniente.

Recebemos um expediente da superintendência do INAMPS, vazado nos seguintes termos (Lê):

"Senhor deputado, em atenção a vossa reivindicação quanto à celebração de convênio pró-rural, entre o INAMPS e o hospital Nossa Senhora dos Navegantes de Matinhos, temos a informar que o referido convênio deverá ser assinada nos próximos 10 dias.

Informamos ainda que esse convênio trata de prestação de assistência médico-hospitalar, aos beneficiários do programa de assistência ao trabalhador rural, pró-rural.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar os protestos de elevada estima e consideração. Assinado - Ana Luiza Schneider Gondim - superintendente regional do INAMPS" endereçado a esse deputado que vos fala.

Eu acho que desta forma nós conseguimos mais uma vitória, graças à benevolência da superintendência, e assim o município de Matinhos terá nos próximos dias, ainda para a próxima temporada de verão, um convênio firmado com uma unidade móvel para prestar serviços à sua população.

Nós queremos, daqui desta tribuna, declarar o nosso mais profundo agradecimento pelas imediatas e prontas providências tomadas pela superintendente, na certeza de que assim trabalhando nós conseguiremos buscar, a curto prazo, uma solução para os problemas que afligem a nossa comunidade e reduzir o sofrimento do povo de uma forma geral.

É nosso dever, é nossa obrigação trabalharmos por aqueles que aqui nos trouxeram. E essa é uma demonstração inequívoca de que jamais descuidamos de litoral e dos municípios carentes, como o que eu cito, neste momento, o de Matinhos.

Muito obrigado, senhor presidente, senhores deputados.—
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Djalma de Almeida Cesar) — Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA — Senhor presidente, senhores deputados.

Numa demonstração de que somente quando a classe política e quando há mobilização popular, é de que o regime, o sistema cede, nós conseguimos, em nome da bancada do PMDB, uma vitória nesses dias. Há poucos dias, nós pronunciávamos, desta tribuna, denunciando o julgamento do jornalista Ronaldo Cavanagui pela Auditoria Militar, aqui de Curitiba.

E dizíamos nós, na época, da preocupação que tínhamos, pois que esses jornalistas estavam na iminência, e a exemplo que acontece com muitos outros, ser condenado injustamente e ser submetido para o cárcere.

Pois bem, senhor presidente, senhores deputados, recebemos, com satisfação, hoje, a visita do doutor Wagner D'Angelis, presidente da Comissão e Paz que nos comunicou o adiamento desse julgamento.

O adiamento, senhor presidente, senhores deputados,

para uma data não prevista, pois que, na própria argumentação desses ilustres advogados, era citado o fato de que o próprio Poder Executivo, o próprio regime, o próprio sistema havia enviado para o Congresso Nacional uma proposta de emendas a essa lei de Segurança Nacional, no qual estariam extintos dessa legislação os crimes cometidos pela imprensa, que esses crimes, supostamente cometidos, diga-se de passagem, não mais seriam julgadas por essa esdrúxula legislação, mas sim pela lei comum, pela Lei de Imprensa, pois existe nesse Brasil uma lei que regula esse "time" de delíto.

Portanto, senhor presidente, senhores deputados, consideramos esta uma vitória da bancada do PMDB de Curitiba, uma vitória do Movimento Democrático, uma vitória da imprensa, pois que, embora tardiamente, percebe-se que justiça será feita com Ronaldo Cavanagui que crime nenhum cometeu, mas que teve a coragem de denunciar a falsificação do jornal "O São Paulo", da Arquidiocese de São Paulo.

Portanto, senhor presidente, senhores deputados, é com alegria que nós subimos, hoje, a esta tribuna para trazer esta notícia e, ainda mais, por sabermos que Ronaldo Cavanagui dificilmente será condenado, principalmente, se nós da classe política, principalmente se a sociedade civil estiver organizada e alerta contra esse tipo de arbitrariedade do regime.

Mas nem por isso, senhor presidente, senhores deputados, essa bancada deixará de realizar, na data de amanhã, às vinte horas, no plenário desta Casa, um debate sobre a Lei de Segurança Nacional.

Temos a satisfação de comunicar a bela respectividade por essa nossa iniciativa e a confirmação de diversos setores da comunidade que se farão presentes, e aqui trarão seu testemunho.

Pedimos, obviamente todos, a revogação imediata desta lei.

Já confirmou presença, senhores deputados, o presidente da OAB, doutor Oto Esponhaus; o presidente desta Casa, doutor Trajano Bastos; o representante do senhor governador, presidente da Comissão de Justiça e Paz; o presidente de Sindicato dos Jornalistas de Curitiba; o presidente da UPE e da UPES, além de diversas outras autoridades que, aqui com a bancada, estarão amanhã discutindo e pedindo a revogação, de uma vez por todas, desta lei espúria.

(Assume a presidência o senhor deputado Edmar Luiz Costa).

O SR. PRESIDENTE (Edmar Luiz Costa) — A Mesa registra com prazer a presença do ilustre ex-vice-governador do Estado do Paraná, doutor Plínio Franco Ferreira da Costa, bem como de seus irmãos e familiares presentes a esta sessão.

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Orlando Pessuti, último orador inscrito.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Senhor presidente, nobres senhores deputados.

Por mais de cinco vezes, acreditamos nós, já ocupamos esta tribuna para dizer das maldades e dos prejuízos que a CFP, que no Paraná é dirigida pelo ex-secretário da Agricultura, Eugênio Stephanello, vem causando aos produtores do Paraná, muito especialmente nos últimos meses aos suinocultores.

Hoje queríamos apenas relatar um fato ocorrido há questão de uns dias atrás, uns trinta dias atrás, que vem mais uma vez reforçar todas aquelas denúncias, todas aquelas nossas afirmações de que a CFP tornou-se, no Paraná e também no Brasil, o maior especulador do próprio agricultor paranaense e brasileiro.

Vejam os senhores, em 24 de outubro a Associação Paranaense dos Suinocultores adquiriu para o senhor Dacir de Oliveira, da cidade de Pato Branco, 25 toneladas de milho que estavam sendo leiloadas pela CFP, através da Bolsa de Mercadorias do Paraná.

Este milho, começam por aí as coisas erradas, ele inicialmente havia se estipulado um preço de 7.500 cruzeiros para este leilão dirigido, como havia se estabelecido.

No entanto, por uma série de fatores posteriores, este milho foi negociado a 7.800 cruzeiros, haja vista a necessidade, dita pela CFP, que este milho não poderia ser retirado a granel, mas sim em sacaria. Então já onerou o produtor em 300 cruzeiros por saca.

Como determinam as normas do leilão, a Bolsa de Mercadorias, 24 horas após, ou seja, no dia 25 de outubro, o senhor Dacir de Oliveira efetuou o pagamento de 25 por cento da mercadoria adquirida, ou seja, 812 mil e 500 cruzeiros.

No dia 10 de novembro, liquidou os 75 por cento restantes, num total de 2 milhões, 437 mil e 500 cruzeiros, perfazendo o total de mercadoria adquirida em 3 milhões e 350 mil cruzeiros. Esta mercadoria tinha que ser retirada entre dia 2 de novembro e o dia 12 de novembro, na Cibrazem de Ponta Grossa.

Agora qual foi a surpresa do senhor Dacir de Oliveira, lá de Pato Branco, quando mandou caminhões para retirarem a mercadoria no dia 11 de novembro, portanto dentro do prazo estabelecido?

Chegando na Cibrazem de Ponta Grossa, um funcionário do Banco do Brasil que lá estava, disse que não poderia ser retirada a mercadoria, porque a mercadoria não existir na Cibrazem e que a ordem de autorização de operação da Bolsa de Mercadorias do Paraná, AOP 15.878, havia sido cancelada pela CFP, sem no entanto avisar o produtor, que já estava no prejuízo com sua suinocultura passando fome, e acabou ficando mais no prejuízo com 210 mil cruzeiros de frete.

Vejam as barbaridades que a CFP no Paraná, dirigida pelo senhor Eugênio Stephanello, vem causando à nossa suinocultura.

Tivemos informações, ainda no dia de hoje, que este produtor agora conseguiu retirar este milho, pacere-me no município de Dois Vizinhos, lá no Sudoeste, pertinho da terra dele. Mas antes a CFP fez este produtor dar uma viagem inútil a Ponta Grossa, sem levar o produto que ele já havia pago; produto este que ele adquiriu com dinheiro que teve através de um financiamento pagando juros no banco; CFP trabalhando com seu dinheiro, não entregando a sua mercadoria e fazendo ainda com que esse produtor gaste mais duzentos e dez mil cruzeiros de frete.

Não é nada duzentos e dez mil cruzeiros nos dias de hoje, mas para esse produtor que já está descapitalizado e perdendo a sua suinocultura, é muita coisa.

Então fica aqui registrado, mais uma vez pela sexta ou sétima vez que fazemos isso, os desmandos da CFP no Brasil e muito mais, os desmandos da CFP no Paraná, em cima da avicultura e da bovinocultura, que se registra isso hoje, para que amanhã o Paraná não venha desconhecer as pessoas que nos dirigem hoje e que nos maltratam.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Edmar Luiz Costa) — Encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra a senhora

deputada Irondi Pugliesi.

A SRA. DEPUTADA IRONDI PUGLIESI — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

A presente situação de nosso País nasceu, sabemos, da utilização de toda a série de instrumentos possíveis e imagináveis, visando impor um tipo de desenvolvimento. O Brasil tornou-se um País dependente do capital financeiro internacional, e, diante da crise mundial entrou num colapso que parece não ter fim.

Entre as formas utilizadas pelo Governo Militar, para impor esta maneira de desenvolver-se, entregar nossa soberania e nossa independência econômica, social e política, a massificação cultural e a destruição dos valores nacionais foi uma das mais violentas.

Para tirar as liberdades políticas, o regime cassou mandatos através de atos institucionais.

Para tirar confissões, usou da tortura, da morte e do desaparecimento. Para livrar-se dos lutadores, banuiu, exilou, perseguiu e às vezes até matou. Para desarticular os trabalhadores e o povo, interveio nos sindicatos e nas organizações populares, criando uma legislação draconiana que impediu e impede todas as formas de reorganização da sociedade.

Entre tantas, a dominação cultural se destacou, pois avançou e persistiu. Se o nosso País nunca viveu, desde o seu descobrimento, dias de total liberdade, hoje, pode-se dizer, que no tocante à cultura, mantém um dos mais fortes aparelhos de destruição da cultura nacional, ou melhor dizendo, das culturas nacionais, tão diversificadas e complexas quanto o processo de formação de nossa sociedade.

A comunicação de massa, sob controle ideológico do regime e do capital estrangeiro, ganhou domínios nunca dantes vistos.

Nossos filhos repetem palavras e expressões estrangeiras. Vestimos roupas desenhadas em outros países.

As programações transmitidas pelos meios de comunicação impõem valores totalmente distanciados da vida real de nosso povo.

Miseráveis vestem camisetas com dizeres em inglês, francês etc., muitas vezes contrários aos interesses do Brasil como Nação.

As nossas universidades viram-se tomadas por uma política de prestação de serviço ao capital estrangeiro.

A produção cultural brasileira vive sob a égide da censura oficial.

Ainda persistem os grilhões da ditadura sobre a produção teatral, sobre a música, sobre o cinema e a literatura.

O povo como um todo repete expressões e valores impostos pela televisão e pelo rádio, veículos controlados pelo regime.

O brasileiro hoje envergonha-se de ser simples, rude, de ser negro ou índio, e muitas vezes de falar português, tal teor da informação que se lança em todo o território nacional.

Hoje, quando nosso povo se organiza para exigir democracia e liberdade, nós começamos a perceber o quanto perdemos nestes longos anos de repressão, opressão e dominação.

As esperanças de um povo, são finalmente destruídas, quando não há mais laços culturais que os una. Mas, felizmente, resiste ainda em nosso País uma imensa produção cultural popular, que nasce dos sentimentos mais puros e honestos, das percepções mais simples às mais complexas, uma forma de resistência como povo, como Nação, que é a resistência cultural.

É claro que não entraremos aqui nos conceitos de cultura

popular, pois é uma questão ainda bastante polêmica do ponto de vista teórico. Isto porque também hoje, mesmo resistindo ao avanço do cosmopolitismo cultural, os grupos culturais brasileiros começam a reproduzir uma cultura de dominação, tomada por padrões reacionários impostos de cima para baixo. Mas não deixa de ser uma forma de resistência.

Se hoje, no nosso País, podemos afirmar que grupos culturais, no campo e na cidade, ainda conseguem escudar-se da invasão dos padrões novos e alienígenas em suas vidas, podemos também dizer que tão violentas vem sendo as tentativas de desarticulá-los, que a própria concepção de resistência como povo pode degradar-se mais cedo ou mais tarde.

Seria um erro confundir conceitos e aplicá-los igualmente a todos os grupos étnico-culturais. Mas hoje, no Brasil, a destruição das formas de identificação dos grupos vem se dando violentamente contra os índios.

O que queremos hoje, desta tribuna, é externar nosso desprezo e revolta, a respeito da situação daqueles que se constituem num dos mais massacrados grupos étnico-culturais de nosso País, os povos indígenas.

Senhores,

Não é novidade para mais ninguém deste País, que os indígenas brasileiros, assim como de todo o mundo, vem sendo vítimas de um verdadeiro genocídio. Nos Estados Unidos, nas Américas, nos diversos continentes, a afirmação destes povos como nações vem se constituindo num dos processos mais difíceis enfrentados na história da humanidade.

Desde o "descobrimento do nosso País, os povos primitivos que habitavam as terras virgens vem sofrendo um verdadeiro massacre.

Primeiro, foi a tentativa de dominação para transformá-los em subalternos dos chamados civilizados da coroa portuguesa. Depois, a sua utilização como mão de obra para alargar as fronteiras dos invasores, em seguida, a violentação de sua ideologia do seu conjunto de crenças, mitos, hábitos e costumes, para impor novas religiosidades, novos modos de vida, de pensamento e de estrutura social.

Não satisfeitos, os brancos, rejeitando a liberdade que marcava estas nações primitivas, tentaram cooptações e a corrupção mais odiosa das lideranças indígenas.

E, ao constatar que as normas de resistência destes grupos que habitavam o país, especialmente a resistência através dos valores culturais, se consituia em obstáculos aos planos dos invasores, estes partiram para o real massacre de um povo. Isto persiste até hoje, de uma forma muito mais sofisticada, porém mais escandalosa, destruindo milhares de vidas, centenas de grupos indígenas e, junto, a sua cultura.

Como se faz isto?

O modelo econômico e político no país, monopolizador das riquezas naturais, do capital, das terras, não perdoou nunca os habitantes primitivos da terra brasileira.

Os governos que se sucederam no Brasil, desde o seu descobrimento, para defender uma forma de desenvolvimento, criaram instrumentos e mais instrumentos para destruir as formas de organização destas sociedades.

Entre o emaranhado de concepções que vem através dos séculos embasando as ações predatórias contra estes povos, podemos afirmar que desde a invasão do Brasil pelos Europeus em 1.500, a destruição vem sendo a tônica principal, a iniciar-se pelo pau-brasil, a continuar pelo ouro, manganês, ferro etc.

Entretanto, a predação não ficou por aí.

Outra tradição infeliz teve início na mesma época, e as primeiras leis que regulavam esta invasão são de 1.680, e já mandava, ironicamente, que se respeitasse as terras necessárias ao estabelecimento dos "índios". Inaugurou-se aí, a tradição da legislação nefasta porque, em primeiro lugar, já desconheceu a condição de "povo" dos indígenas, e mais, de povo que era, até então, dono de "todo o Brasil, e não apenas de "áreas".

Na região que hoje habitamos, no Paraná, em 1.600 teria início uma experiência inédita entre os povos indígenas. As reduções jesuítas na região de Guaíra, que apesar da atuação dos padres não conseguiu melhorar a situação dos indígenas diante do processo que se deflagrara em 1.500. Pelo contrário. Ajudou a concentrar os povos indígenas e facilitar a verdadeira caça a estes povos, promovida pelos bandeirantes paulistas.

A história dos povos indígenas, em todo o País, não se diferencia daqueles situados no Sul do País.

Nós teremos a estes, porque temos denúncias concretas e recentes, que atingem justamente os povos indígenas do sul.

O S.P.I., Serviço de Proteção aos Índios, criado em 1910, para substituir os diretores de Índios, tinha como objetivo prolongar a sobrevivência dos povos indígenas no Brasil.

Entretanto, não demorou muito para que o S.P.I., até então no papel de apaziguador de tensões e aliviador da consciência social, se transformasse em 1940, era clara sua posição anti-indígena.

No final dos anos 40, o Paraná assistiu ao maior ato de esbulho das terras dos Guaranis, Kaingangues, Xetás e outros povos do Paraná. Moisés Lupion, de triste história, e o Ministério da Agricultura realizaram acordos que atingiram sete áreas paranaenses, usurpando aos indígenas cerca de 200 mil hectares de terras, três vezes o que lhes resta hoje. O S.P.I., por seu lado, passou a explorar tudo o que fosse possível nas terras indígenas, sob o pretexto de "mantê-los".

Florestas derrubadas, arrendamentos, olarias, venda de madeiras, pinheiros, imbuías, etc...

Somente o posto indígena Faxinal, em Cândido de Abreu, o S.P.I. chegou a realizar contratos com duas madeireiras ao mesmo tempo, na década de 40. Mais de 1.000 pinheiros seculares foram nesta época derrubados.

Extinto o S.P.I. em 1967, mediante tantas denúncias internacionais de genocídio de populações indígenas no Brasil, criou-se, no mesmo ano a FUNAI. Mas começou mal, com características empresariais, que visavam a exploração rentável das terras, a manutenção da Funai através do patrimônio indígena, mesmo que isto custasse o preço da destruição da cultura de um povo.

Contrariando a constituição esfarrapada de 67, as de 34 e 46, a Funai arrendou as terras, plantou explorou e permitiu as formas de espólio já bastante divulgadas, a pretexto de assistência aos indígenas.

Em 73, o Estatuto do Índio já colocava em aberto que seu propósito era "integrar" progressiva e harmoniosamente as comunidades indígenas aos civilizados.

Ou seja: o índio deixa de ser índio e o problema do índio está resolvido porque ele não existirá mais.

De qualquer forma, o estatuto ainda era uma garantia de direitos civis e políticos à posse permanente e usufruto exclusivo das riquezas naturais e utilidades existentes em suas terras.

Mas, em que pese a clareza dos artigos do estatuto, a exploração das terras continuaram. O posto de Mangueirinha no nosso Estado é o maior exemplo disto.

Nesta área, segundo o estatuto, poderiam ser retiradas as madeiras desvitalizadas, ou seja, mortas. Mas aí instalou-se uma serraria, do tipo serra-fita em 1976, cujo custo foi de 500 mil cruzeiros na época, o que hoje significaria 100 milhões de cruzeiros, somente para a instalação elétrica para retirar madeira morta.

Ora, teríamos que ser muito ingênuos para achar que estes investimentos seriam feitos para tirar madeira morta.

E mais: Em Guarapuava, Palmas e outros postos, as histórias são bastante semelhantes.

Hoje, com menos de 900 famílias indígenas, o Paraná, assiste ao contínuo desaparecimento destes povos.

A política da Funai é de dividir o que resta de indígenas, corrompê-los, usá-los, explorá-los.

Em Mangueirinha, a serraria pode processar três mil dúzias de madeira por mês, e tirar cerca de mil e quinhentas dúzias mensais.

Se este dinheiro fosse realmente para os indígenas, cerca de cinquenta casas poderiam ser construídas por mês nesta área. Em vinte e quatro meses poderiam construir novecentas e sessenta casas, a uma média de quarenta ao mês, sem o custo de um centavo sequer.

Mas não é para fazer casa prá índio que a Funai explora ou deixa explorar florestas indígenas.

E é neste quadro dramático que trazemos mais uma série de denúncias, que envolvem o governo do senhor Ney Braga, conivente com todas as ações perpetradas contra os povos indígenas do Paraná.

Estas denúncias que colocarei publicamente, estão embasadas em farta documentação comprobatória, e espero venham fazer parte de uma comissão parlamentar de inquérito sobre as populações indígenas no Paraná.

1) Em 1949, o governo de Moisés Lupion e o Ministério da Agricultura com a aprovação do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, reduziu seis áreas indígenas do Paraná em mais de 150 mil hectares, ferindo as constituições de 34 e de 36.

2) Em 1980, na administração de Ney Braga, a Funai e o Instituto de Terras e Cartografia (ITC) formaram convênio para demarcação das terras indígenas no Paraná, tanto nas áreas sob a jurisdição da 4.^a Delegacia Regional da Funai, como da 12.^a Sediada em Bauru, São Paulo. O Convênio foi assinado ad-referendum da Assembléia Legislativa, e está sendo executado pelo ITC. Esta execução se dá sobre uma documentação duvidosa, com prejuízos para a comunidade indígena, que não está sendo consultada.

3) Em 1980, o governo Ney Braga firmou outro convênio com a Funai, visando a melhoria das áreas indígenas e condições de vida das populações. Deveria ter, mas não teve referendado a Assembléia Legislativa. Este convênio coloca em prática a política de estadualização da responsabilidade sobre as populações indígenas, uma política indigenista unanimemente rejeitada por todas as entidades e organismos de defesa e apoio da causa indígena.

4) Exploração das florestas e outras riquezas naturais pertencentes às populações indígenas.

Esta denúncia é das mais graves e recente, pois trata de uma prática continuada. Desde 1976 funciona em Mangueirinha, Guarapuava e Palmas um complexo de serrarias.

Em mangueirinha funciona uma poderosa serra fita com capacidade para serrar 36 mil madeiras por mês, devastando o pinhal ativo, último remanescente da reserva Kaigangue. Somente o capital imobilizado está avaliado em 200 milhões de cruzeiros.

Em Guarapuava, funciona uma serra circular, ao que se sabe trazida do Posto de Chapecó, quando lá se instalou serra-fita em 1976. Ambas serram madeiras verdes e não só desvitalizadas. Segundo informações, a serraria de Guarapuava, embora não tenha, entre aspas, intuito comercial, teve lucro superior a 2 milhões de cruzeiros em 1980.

Na área de Palmas, sabe-se comprovadamente da saída de madeiras, principalmente imbuías, por vendas com e sem licitação. As concorrências em 1979 nesta área para venda de 2 mil metros cúbicos de madeira, se destinavam ao aproveitamento da madeira desvitalizada, segundo se dizia. Entretanto, o que se retirou foram imbuías de altíssimo valor, e desde esta época constam denúncias seríssimas da existência de uma "caixinha na 4.^a Delegacia Regional da Funai para quem quisesse vender concorrências nas serrarias de Mangueirinha e Guarapuava.

Denúncias nunca respondidas.

Em 1979 e 1980 também foram retiradas madeiras verdes no posto Ivaí, sob jurisdição da 12.^a Delegacia Regional da Funai, em Bauru. Foram 3 mil pinheiros vendidos à serrarias de Manoel Ribas e Ivaipõã, para em troca se construir para os índios 70 casas de alvenaria. Em lugar destas, foram construídas casas com placas de cimento, em valor infinitamente inferior ao contrato.

Recentemente, a Funai inaugurou na área dos Ava-Guarani do Ocoí Jacutinga, no município de São Miguel do Iguaçu, a venda de lenha, neste caso, a Funai contrata as vendas e a mão de obra indígena, esta paga em vales a serem descontados num armazém que a Funai tem conta.

Este caso é mais sério ainda pela intervenção da Itaipu Binacional, que presenteou os Guaranis com uma motosserra.

Nesta área, os indígenas sofreram não só o processo de invasão de suas terras como ocorreu com os milhares de agricultores atingidos por Itaipu, mas uma proposta de ilhamento no Lago de Itaipu, e, quando recusada, uma triagem de raça. Isto significa, em outras palavras, a aplicação, por parte da Funai, dos indicadores de indianidade, ou seja, a classificação de cada indígena para verificar se eram realmente pertencentes à raça.

É claro que estes critérios que lembram a prática nazista da depuração racial, acabaram por classificar apenas 4 famílias como realmente indígenas. Isto posto, concluiu também a Funai que 4 famílias não eram comunidade, e que o restante deveria estar incluído entre os desapropriados comuns de Itaipu, o que também não feito, pois a binacional não cumpriu o artigo 20 da constituição.

Em maio de 82 os Guaranis do Ocoí foram pressionados a aceitar a proposta de 250 hectares de terra em troca dos seus 1500 hectares. A alegação da Funai é de que não ocupavam nem 30 hectares.

A triste história dos povos indígenas do Brasil ficou mais triste quando três crianças indígenas morreram no período de 45 dias por contaminação em águas sujas, pois os poços artesianos prometidos também não tinham sido construídos.

Todas as pressões, toda a solidariedade aos indígenas não foram suficientes para a Funai e Itaipu reconhecerem os direitos destas populações. O resultado não poderia ser outro: Itaipu e Funai titularam a área contra os interesses dos indígenas, e a Funai ainda hoje tenta expulsar da área 10 famílias indígenas que lutam contra a permanência do órgão e pelos abusos cometidos contra o povo e contra a exploração de suas terras.

5) Além desta grave denúncia, também no governo Ney Braga foi autorizada pela Assembléia Legislativa a venda de uma área no posto indígena Barão de Antonina. O fato é que dos 14 mil alqueires de terras originais dos indígenas, sobraram 2 mil alqueires, e até estes foram esbulhados pela irresponsabilidade do governo passado.

6) Outra ocorrência grave está acontecendo nos postos indígenas de Apucarana, Queimadas e Faxinal, respectivamente, área indígena de Tamarana, Ortigueiras e Cândido de Abreu. Foi realizada pela Funai de Bauru, com anuência do IBDF, concorrência para se retirar madeira desvitalizada ou morta, destas áreas. Isto com autorização do IBDF de Curitiba.

Só que o produto da venda desta madeira, não será aplicado em benefício desta população indígena. E como a história tem comprovado, não será a madeira desvitalizada que será retirada. E fica também, comprovado historicamente, que esta é uma das formas de se desestabilizar esta população indígena.

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada.

Não há mais como manter os olhos fechados para a situação ora apresentada. Há, hoje no País, uma opinião pública formada em favor das nações indígenas. Há profunda revolta contra os ataques sofridos por estas populações.

Ainda que tarde, é preciso buscar a apuração destas de-

núncias - algumas entre dezenas de outras - para o que nos documentamos e nos dispomos a lutar, exigindo, mais do que nunca, a mudança da política indigenista no Brasil, o levantamento dos fatos verdadeiros e a responsabilidade consequente dos atos de vandalismo cometidos contra os povos indígenas do Paraná.

Muito obrigado.

(Assume a presidência, o senhor deputado Adhail Sprenger Passos).

O SR. PRESIDENTE (Adhail Sprenger Passos) . Encerrado o Grande Expediente concedemos a palavra ao senhor deputado Ervin Bonkoski, em nome da liderança do PMDB, por quinze minutos.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas. (Lê).

A data de amanhã, 1.º de dezembro, é deveras marcante na história do Paraná: assinala o centenário do nascimento de um dos seus mais ilustres filhos- PROFESSOR LYSIMACO FERREIRA DA COSTA.

Falar de sua vida seria retratar um pouco da própria vida do Paraná, pois ele foi e é parte dela.

Com muita honra, com muito orgulho, ocupamos hoje a tribuna não com o fim exclusivo de enaltecer a figura do professor Lysímaco Ferreira da Costa. Isso é desnecessário.

Enumerar o que fez, tudo o que deixou de exemplo, as raízes que plantou e que frutificou exigiria um pronunciamento bastante profundo... e certamente não encontraríamos palavras que se encaixassem para exprimir uma completa e meritória exaltação a sua figura.

O mínimo que se poderá fazer é a integração desta Casa ao evento do dia 1.º de dezembro. Mesclando-se com a tristeza de não tê-lo conosco para receber a gratidão do povo do Paraná, as alegrias das homenagens de seus conterrâneos, contemporâneos ou não, sua passagem, farão de conta que ele aqui estará, vivo, como vivo está na memória de sua gente e de seu povo.

O tributo dessas homenagens no dia de amanhã será somente uma partícula de um reconhecimento que se poderá render ao seu ilustre filho, mas que representará a grandiosidade de uma gratidão imorredoura.

Será um pequeno "MUITO OBRIGADO, PROFESSOR LYSÍMACO", porém revestido de uma magnanimidade e nunca de uma generosidade de meia dúzia de amigos e autoridades que pretendem apenas revivê-lo. Será, sim, o pagamento por tudo o que deixou de exemplo, a nós e aos nossos filhos.

Dentro das merecidas homenagens, poucas para quem tanto fez, um busto em bronze será descerrado na Praça Santos Andrade, defronte à Universidade Federal do Paraná, perpetuando desta forma sua figura e seu honrado nome.

Será lançado o CARIMBO POSTAL comemorativo à efeméride por iniciativa da Federação do Comércio do Paraná e do Ministério das Comunicações.

Coroando a singela data será celebrada Missa em Ação de Graças na Igreja da Ordem.

Senhor presidente, senhores deputados, a Assembléia Legislativa do Estado não pode ficar alheia a tão significativo acontecimento. E diríamos, festivo até, porque a data será marcada com alegria, apenas com doces saudades, a fim de que possamos recompensar, ou ao menos compartilhar dessa gratidão àquele que em vida simbolizou honradez, que foi a estirpe de um incomensurável paranismo pelo tanto que amou sua terra.

Sim, "o PROFESSOR LYSIMACO amou sua terra como poucos", como disse Romário Martins no Livro "Lysímaco de

autoria de Herbert Munhoz van Herven. E concluiu: "Nada negou Lysímaco à sua terra. Pelo contrário, deu-lhe tudo: sua inteligência, seu devotamento, sua fortuna e a sua própria vida". Tão poucas palavras, mas que sabiamente representaram um TUDO do filho pródigo daquele amor real que tanto devotou ao berço em que nasceu.

Ao PROFESSOR LYSÍMACO FERREIRA DA COSTA muito deve nosso mundo estudantil. A realidade de uma Escola Agrônômica marcou indelevelmente esse ensino profissionalizante naquela época, patenteando assim sua valiosa contribuição.

Foi o grande responsável pelo implante dos métodos e sistemas dentro de nossa Escola Normal por ele idealizada e criada, que culminou por ser aproveitado em todo o Brasil.

A 1.ª Conferência Nacional de Educação foi também de sua iniciativa, realizada na Assembléia Legislativa, marcando época no ensino brasileiro

Transmitiu à sua geração, aos seus descendentes, muito daquilo que foi. Aliás, suas raízes eram já notabilizadas, pois seu avô paterno, Professor Antonio Ferreira da Costa, foi o primeiro professor a adotar no Paraná o método de ensino simultâneo, isso aos tempos do antigo Ginásio Paranaense.

Sua prole foi seu orgulho, deixando TODOS os filhos formados. De seu primeiro matrimônio, com Dona Esther Franco da Costa, nasceram seus descendentes: Cinco mulheres e seis homens. As filhas todas elas normalistas: Ester, Zoé, Maria José e Maria Josefina, além de Laura (de saudosa memória). Dos filhos, três já não estão em nosso convívio: Antonio (que foi desembargador e presidente do nosso Tribunal de Justiça), Evaristo (que foi médico renomado) e Lysímaco (que foi engenheiro). Os demais são: Doutor Carlos (médico), Alberto (Engenheiro, odontólogo, jornalista e político) além do doutor Plínio, engenheiro que sobressaiu-se em nossa história política ao chegar à Vice-Governador do Estado no período de 1965/1970.

Perdeu a esposa muito cedo, encontrando na cunhada Maria Angela (irmã de Ester) uma segunda mãe para criar seus onze filhos, consorciando-se com ela no ano de 1921.

Desse tronco, nosso preito de saudade àqueles que não mais conosco convivem para compartilhar das festividades dos CEM ANOS de seu honrado chefe.

É oportuno e regozijador o momento, senhor presidente e senhores deputados, para que desta Casa parta também a demonstração de um reconhecimento de todos os paranaenses pois somos os representantes do povo do Paraná por sua vontade, unindo-nos, assim, ao festivo evento, consignando-se nos ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO, UM VOTO DE CONGRATULAÇÕES EM HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO PROFESSOR LYSÍMACO FERREIRA DA COSTA.

Oxalá possa esse modesto ato significar, igualmente a eterna gratidão desta Casa, pelos senhores deputados que representam todo o povo do Paraná, enviando à família FRANCO FERREIRA DA COSTA seu júbilo, seu contentamento, cumprimentando pela histórica data, augurando muitas felicidades aos descendentes de LYSÍMACO FERREIRA DA COSTA, um marco de sabedoria em nossas tradições pelo que foi e pelo que ainda para nós representa.

É a figura do grande engenheiro, geólogo, financista, siderúrgico, homem público, conferencista, emérito professor e, acima de tudo ao PARANAENSE LYSÍMACO FERREIRA DA COSTA, que transmitimos nosso orgulho por tudo o que fez, rasgando fronteiras para elevar o nome do Paraná. Que seu centenário seja ruidosamente comemorado, como em vida ele certamente desejaria, com alegria de ter cumprido aqui na terra sua missão. Pedimos à Deus abençoar os cem anos de seu nascimento, como também seus familiares aqui nos honrando com a presença, pedido que fazemos do fundo do cora-

ção para a felicidade dos FRANCO FERREIRA DA COSTA.

Que nossa mensagem simbolize os anseios de todos os componentes desta Casa, desde o senhor presidente ao mais humilde servidor, ao saudarmos juntos o vulto emérito do professor LYSÍMACO FERREIRA DA COSTA, autêntico merecedor de todas as homenagens que o Paraná possa lhe tributar no dia de seu centenário.

Parabéns, Paraná. Parabéns por ter sido o berço desse grande brasileiro que foi LYSÍMACO FERREIRA DA COSTA.

Muito obrigado.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa excelência permite um aparte? (Assentimento).

Eu agradeço o aparte que vossa excelência me concede, e, quero, antes de mais nada, parabenizá-lo pela iniciativa, porque o grande mérito de vossa excelência é fazer justiça e um homem que é lembrado por todos os paranaenses, e cuja ilustre descendência, tem prestado inúmeros e relevantes serviços ao Estado do Paraná, e ao próprio País.

Eu que convivi com Plínio Franco Ferreira da Costa, com Alberto Costa, com o Doutor Carlos Costa, com todos os seus irmãos, com toda a família, senti de perto o que o Paraná deve no trabalho despreendido, patriótico, principalmente dos que enveredaram pelo caminho da política.

Por isso quero parabenizar-me com vossa excelência, e juntar ao pronunciamento de vossa excelência a minha adesão, porque é muito importante que os anais da Casa registrem fatos desta natureza, para que a juventude, o amanhã, os pósteros, ao compulsarem os anais da Casa, possam sentir que o esquecimento não toidou a memória daqueles que realmente quiseram homenagear os que foram tão úteis ao nosso Estado e a nossa Pátria.

Obrigado a vossa excelência e lamento que interrompê-lo no seu brilhante pronunciamento.

O Sr. Anibal Khury — Concede-me um aparte, nobre deputado? (Assentimento).

No momento em que vossa excelência presta uma homenagem ao Professor Lysímaco Ferreira da Costa, eu quero dizer a vossa excelência e à Casa, que esta homenagem se caracteriza por uma das homenagens mais justa que a Assembléia Legislativa do Paraná presta a um dos seus mais ilustres filhos. A família Ferreira da Costa e o Professor Lysímaco engrandeceram o Paraná. A sua presença no magistério alastrou-se por todo o Paraná, e porque não dizer, por todo o Brasil. Nós que morávamos no interior, ouvimos falar sempre do professor Lysímaco e sentimos orgulho de tê-lo como professor no Paraná.

Mas, quero me referir a um dos seus mais ilustres filhos, sem desmerecer aos outros, ao Desembargador, ao Juíz Antonio Franco Ferreira da Costa, que marcou com a sua presença no Poder Judiciário, uma fase de engrandecimento no Poder Judiciário, de respeito ao Poder Judiciário.

A sua presença, praticamente em todos as Comarcas do Paraná, como Corregedor, o seu dinamismo, a sua capacidade de trabalho, fizeram com que o desembargador Franco Ferreira da Costa fosse considerado um dos melhores juízes do Brasil. O Professor Lysímaco, que nós homenageamos nesta tarde, tem e teve o filho a sua altura, e à família Franco Ferreira da Costa, as homenagens pessoais do deputado que o parteia nesse instante.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Muito obrigado deputado Anibal Khury, pelo aparte.

Muito obrigado deputado Erondy Silvério.

O SR. ANIBAL KHURY - (Pela ordem).

Senhor presidente, eu requeiro à Mesa, a suspensão da Ses-

são por cinco minutos a fim de que os senhores deputados possam cumprimentar a família do saudoso Professor Lysímaco Ferreira da Costa.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem).

Eu agradeço a vossa excelência a forma tão cortês com que vossa excelência tem se referido a esse deputado quando no exercício da presidência, e quero declarar a minha adesão à proposta do eminente deputado Anibal Khury, tendo em vista inclusive, o pronunciamento que o deputado Erondy Silvério fez em aparte, em nome da Bancada do PDS.

Realmente, esta Casa deve associar-se por todo, às manifestações que se prestam hoje ao ilustre homem público Lysímaco Franco Ferreira da Costa, tronco de uma família das mais ilustres do Paraná.

(Assume a Presidência o senhor deputado Nestor Baptista).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) . Atendendo requerimento das lideranças do PMDB e PDS, a Sessão está suspensa por cinco minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) Está reaberta a sessão.

Por 15 minutos, na liderança do PMDB, concedo a palavra ao senhor deputado Orlando Pessuti.

(Ausente) A liderança do PMDB declina.

Esta presidência consulta à liderança do PDS, se fará uso do horário que lhe é reservado. Declina.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 senhores deputados.

A Mesa, com base na Resolução 02/71, abre prazo por três dias consecutivos, a contar de amanhã dia 1.º de dezembro, para oferecimento de Emendas à Proposição n.º 137/83, de autoria do Poder Executivo, que dá nova redação ao Artigo 150, da Constituição do Estado.

Sobre a Mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Sabino Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado**. Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado**. Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme aulso distribuído aos senhores deputados.

3.ª DISCUSSÃO — Da Proposição n.º 52/83, Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do deputado MARCIO JOSÉ DE ALMEIDA, acrescentando incisos XIII e XIV, com redação que especifica, ao art. 138 da Constituição Estadual. (Autonomia a Universidades mantidas pelo Estado). **Aprovado**.

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO
1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA.

REDAÇÃO FINAL À PROPOSIÇÃO N.º 52/83.

EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo Único — O artigo 138 da Constituição Estadual, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos XIII e XIV.

"Art. 138"

XIII — estabelecimento às Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Estado, de autonomia didático- científica, disciplinar, administrativa e financeira, exercida na forma da Lei

e de seus Estatutos;

XIV — promovendo a democratização do ensino através do reconhecimento e garantia aos professores, funcionários e alunos, do direito à livre organização e à participação na gestão das instituições, nos termos da Lei"

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 1983.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS - Presidente.

GILBERTO CARVALHO — Relator.

2ª DISCUSSÃO— Da Proposição n.º 191/83, Proposta de Emenda Constitucional de autoria do deputado ANIBAL KHURY, acrescendo letra "C", com redação que especifica, ao parágrafo único do art. 74, da Constituição Estadual (Aposentadoria de Funcionários com mais de 15 anos de serviço público). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO, por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 69/83, que autoriza o Poder Executivo adotar providências, no sentido de obrigar Empresas Públicas e demais Sociedades das quais o Estado seja acionista majoritário, divulgar contratações, obras, serviços, compras, admissão de servidores e demais atos que lhes gerem despesas e dá outras providências. **(Publicado no D.A. n.º 60). Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL— Do Projeto de Lei n.º 111/83, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BARBOSA FERRAZ", com sede e foro no referido município. **(Publicado no D.A. n.º 84). Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 120/83 que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE IBAITI", A.P.M.I., com sede e foro no referido município. **Aprovado - (Publicado no D.A. n.º 89)**

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 122/83, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO ERASMO BRAGA", com sede e foro na cidade de Reserva. **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 91).**

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 129/83, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE DOS SERVOS DA EUCARISTIA", com sede na cidade de Ponta Grossa. **Aprovado (Publicado no D.A. n.º 96)**

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 133/83, (Mensagem n.º 100/83), que autoriza permuta com o município de Guarapuava, de imóveis com área, localização e características que especifica, destinado a construção de um Quartel para a Polícia Militar do Estado. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 133/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a permutar a área de terreno com 17.000 m² (dezessete mil metros quadrados), situado no lugar denominado Xarquinho, na cidade de Guarapuava, de propriedade do Estado, objeto da transcrição n.º 2.127, de 11 de janeiro de 1978, do Cartório de Registro de Imóveis, 1.º Ofício, da Comarca de Guarapuava, pela área de terreno com 30.000 m². (trinta mil metros quadrados), situada no lugar denominado Morro Alto, situado na mesma cidade, de propriedade do município, objeto da transcrição n.º 604, de 17 de setembro de 1982, do Cartório de Registro de Imóveis, 3.º Ofício, da mesma Comarca.

Art. 2.º — A área de terreno que o Estado receberá na per-

muta de que trata o artigo anterior, destinar-se-á à construção de um quartel da Polícia Militar do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;

GILBERTO CARVALHO — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 136/83, que declara de utilidade pública a "CLÍNICA BENEFICENTE HIRO VIEIRA DE MANDAGUAÇU", com sede e foro no referido município.— **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 98).**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 137/83, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE RURAL DO OESTE DO PARANÁ", com sede e foro na cidade de Cascavel.— **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 98).**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 146/83, que declara de utilidade pública a "UNIÃO ASSISTENCIAL DE CRISTO JESUS INDEPENDENTE", com sede e foro na cidade de Maringá.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 146/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "UNIÃO ASSISTENCIAL DE CRISTO DE CRISTO JESUS INDEPENDENTE", com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;

GILBERTO CARVALHO — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 148/83, que declara de utilidade pública a "ECAP — ENSINO, CULTURA E ASSISTÊNCIA PARANÁ", com sede e foro em Curitiba.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 148/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ECAP — "Ensino, Cultura e Assistência Paraná", com sede e foro em Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1983.

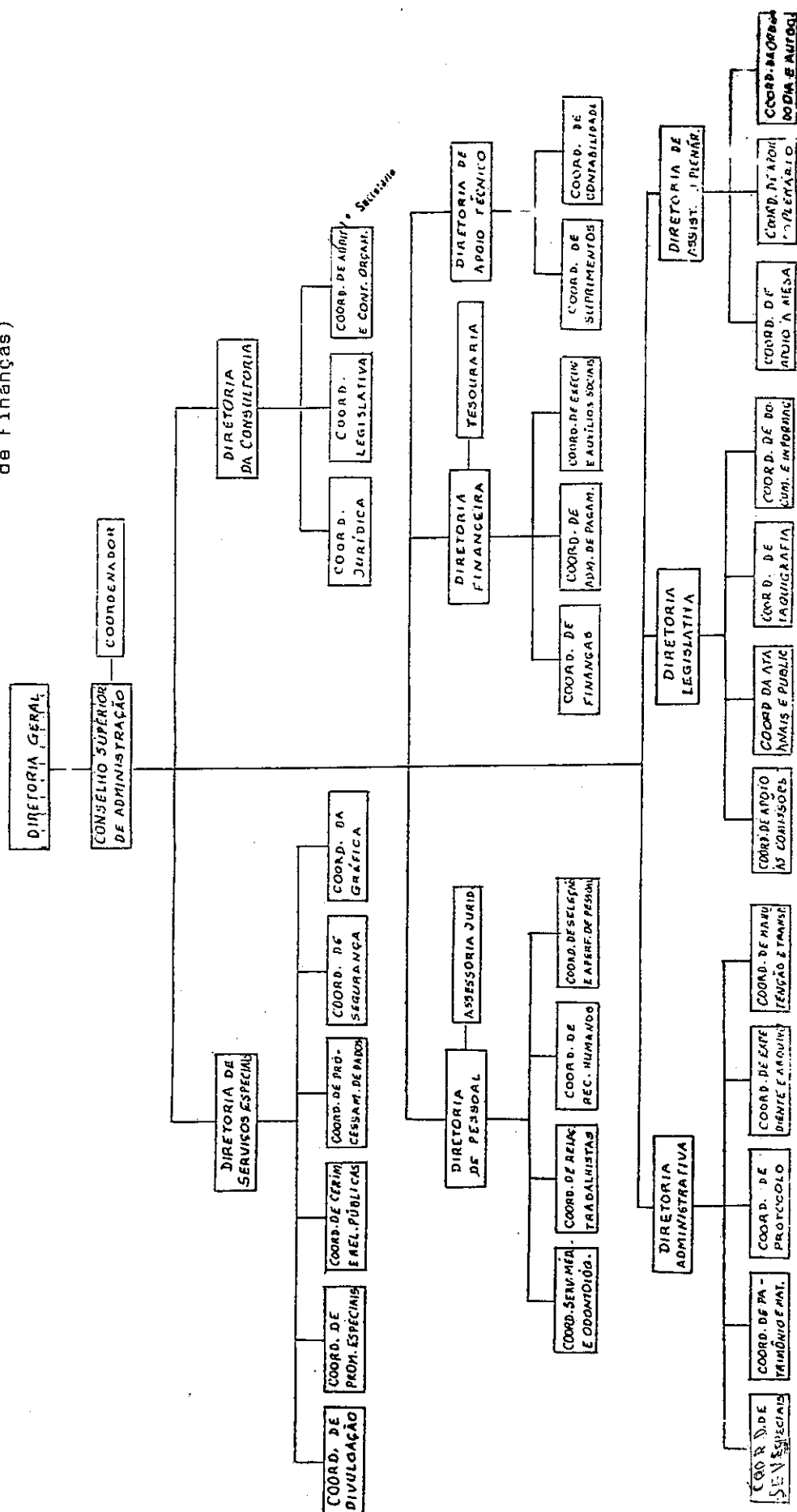
(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;

GILBERTO CARVALHO — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 201/83, que reestrutura os serviços administrativos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e dá outras providências.— **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 125).**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 118/83, de autoria do deputado HERMAS BRANDÃO, que autoriza contagem de tempo de serviço não paralelo para fins de aposentadoria, prestado por professores e especialistas de educação,

(Emenda Substitutiva da Comissão
de Finanças)



da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, até o ano letivo de 1959, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário, de autoria do senhor deputado Gilberto Carvalho, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI Nº 118/83**

Art. 1.º — no artigo 1.º, onde se lê "1959"

Leia-se

"1982"

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1983.

(aa) GILBERTO CARVALHO

Apoiamento:

Homero Oguido, Jorge Maia Filho, Ezequias Losso e Gabriel Sampaio.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.—

Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a emenda.— **Aprovada.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 83/83, de autoria do deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que disciplina a posse no exercício de cargos, empregos ou funções da administração direta e indireta do governo estadual para os quais é exigida qualificação profissional de nível superior e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL e EMENDAS da C.C.J. e com PARECER FAVORÁVEL da C.R.H., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado. (Publ. no D.A.69).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 83/83**

PARECER

A matéria, objeto do projeto de lei de autoria do nobre deputado Adhail Sprenger Passos, visa estabelecer uma disciplina normativa no âmbito estadual, ao exercício de cargos ou funções da administração direta ou indireta, para os quais seja exigida qualificação profissional de nível superior, regulamentadas e fiscalizadas por legislação federal.

A proposição conforme esclarece o seu autor na sua justificativa, tem um caráter moralizador e de colaboração no sentido de manter uma fiscalização saneadora ao exercício profissional executado através das autarquias federais.

É vasta a legislação federal vigente que regulamenta o exercício das diversas profissões de nível superior, e que são fiscalizadas pelas autarquias vinculadas ao Ministério do Trabalho

Atualmente, a preservação da legalidade para o desempenho do exercício profissional, face às inúmeras denominações e atributos existentes para o seu mister é quase que impossível estabelecer o controle, somente através dessas autarquias.

É neste sentido que vem o legislador contribuir, no âmbito estadual, com uma norma disciplinadora, que por certo virá determinar um melhor controle fiscalizador junto à administração direta e indireta do Estado, para o correto desempenho do exercício profissional de nível superior.

Sob o aspecto legal e constitucional, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, não encontramos qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sugerimos, no entanto, que na Emenda da Súmula fosse substituída a palavra - Regulamenta - para Disciplina que no nosso entender melhor caracteriza o sentido do projeto.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 1983

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente;

EZEQUIAS LOSSO — Relator.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VOTO EM SEPARADO**

O nobre deputado Adhail Sprenger Passos, apresenta Plano de Lei no sentido de disciplinar a posse no exercício de cargos, empregos ou funções da administração direta e indireta do Estado para os quais é exigida qualificação profissional de nível superior.

Indiscutivelmente a matéria trás em seu bojo aspectos altamente meritórios.

Porém, a existência de farta legislação federal regulamentadora do exercício das profissões de nível superior neste País, nos deixa dúvidas se o presente projeto de lei não irá colidir com diplomas legais superiores, notadamente no aspecto de incompatibilidade e impedimentos para a inscrição de funcionários públicos em Conselhos Regionais e demais Órgãos de Fiscalização Profissional.

Nestas condições, quer nos parecer que necessariamente deve o projeto ser aditado com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 01

I — Inclua-se onde couber:

Art. - Ficam ressalvados dos dispositivos desta lei, os ocupantes dos cargos empregos ou funções que por força de lei estejam incompatibilizados ou impedidos de se inscreverem nos respectivos Conselhos Regionais ou Órgãos de Fiscalização Profissional.

Aprovada esta sugestão, nosso voto é inteiramente favorável a aprovação do projeto, na forma das emendas apresentadas.

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 1983.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento:

Gabriel Sampaio, Djalma de Almeida Cesar, Amélia Hruschka, Ezequias Losso, Gilberto Carvalho, Tadeu Lúcio Machado, José Antônio Fonseca e Tadeu França.

**EMENDA Nº 2
AO PROJETO DE LEI Nº 83/83
EMENDA SUBSTITUTIVA AO ARTIGO 1.º**

Onde se lê:

"posse"

"só será efetivada com"

"Conselho Regional"

Leia-se:

"ingresso"

"será precedida de"

"Conselho Regional e demais órgãos de fiscalização profissional"; respectivamente.

O Art. 1.º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1.º — O ingresso no exercício de cargos, empregos ou funções da administração direta e indireta do governo estadual, para os quais é exigida qualificação profissional de nível superior será precedido de comprovação do registro no Conselho Regional e demais órgãos de fiscalização profissional correspondente a respec-

tiva qualificação".

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

EMENDA Nº 03

AO PROJETO DE LEI Nº 83/83

EMENDA SUBSTITUTIVA AO ARTIGO "2º".

Onde se lê:

"ocupantes"

"regularização"

"Conselhos Regionais"

Leia-se:

"exercentes"

"pagamento da anuidade"

"Conselhos Regionais e demais órgãos de fiscalização profissional", respectivamente.

O artigo 2º passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 2º — Em julho de cada ano, os exercentes dos cargos, empregos ou funções mencionadas no artigo anterior deverão comprovar o pagamento da anuidade perante os respectivos Conselhos Regionais e demais órgãos de fiscalização profissional, junto ao órgão competente da administração estadual a que estiverem vinculados".

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

EMENDA Nº 04

AO PROJETO DE LEI Nº 83/83

EMENDA SUBSTITUTIVA AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 2º

Onde se lê:

"ocupantes"

"30 (trinta)"

Leia-se:

"exercentes"

"60 (sessenta); respectivamente.

O Parágrafo único do artigo 2º passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo único: Os atuais exercentes dos cargos, empregos ou funções mencionados no artigo 1º desta lei, terão prazo de 60 (sessenta) dias para a comprovação a que se refere este artigo".

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

EMENDA Nº 05

AO PROJETO DE LEI Nº 83/83

EMENDA SUBSTITUTIVA AO ARTIGO 3º

Onde se lê:

"Governo do Estado"

"Conselhos Regionais"

"ocupantes"

Leia-se:

"Estado"

"Conselhos Regionais e demais órgãos de fiscalização profissional"; respectivamente.

O artigo 3º passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 3º — Os órgãos da administração direta e indireta do Estado deverão anualmente enviar, aos Conselhos Regionais e demais órgãos de fiscalização profissional, a relação nominal dos exercentes de cargos, em-

pregos ou funções para os quais é exigida a habilitação de nível superior".

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

PROJETO DE LEI Nº 83/83

PARECER

De autoria do nobre deputado Adhail Sprenger Passos, o presente projeto de lei tem por finalidade, regulamentar a posse no exercício de cargos, empregos ou funções da administração direta e indireta do governo estadual para os quais é exigida qualificação profissional de nível superior.

Sobre a matéria houve pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça ao projeto e emendas apresentadas pelo autor.

No âmbito desta Comissão de Recursos Humanos chamada a opinar sobre o mérito do projeto, temos que o mesmo vem estabelecer uma norma fiscalizadora no setor público, com relação ao exercício profissional, de grande proveito para a administração pública no que concerne aos Recursos Humanos.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável ao projeto e emendas, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(a) ODENI MONGRUEL

Presidente e Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 212/83, de autoria do deputado RUBENS BUENO, que dispõe sobre a padronização das Identidades Estudantis com exclusividade, pela União Paranaense dos Estudantes de primeiro e segundo graus - UPES, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL E SUBSTITUTIVO DA C.C.J. e PARECER FAVORÁVEL da C.E., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 212/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — A UPES — União Paranaense dos Estudantes de primeiro e segundo graus — será a única entidade autorizada a fornecer cédula de Identidade Estudantil (CARTEIRINHA DE ESTUDANTE), no âmbito estadual, aos estudantes matriculados na REDE OFICIAL DE ENSINO DE PRIMEIRO e SEGUNDO GRAUS.

Art. 2º — A UPES — União Paranaense dos Estudantes de primeiro e segundo graus — manterá convênio com as direções das escolas oficiais, através de ato da Secretaria de Estado da Educação para expedição das Identidades Estudantis.

Art. 3º — A Secretaria de Estado da Educação, através de resolução a ser baixada em 15 dias após a publicação desta lei, regulamentará o dispositivo no Artigo 1º.

Art. 4º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

A UPES passa por uma crise financeira, com dívidas em torno de dois milhões de cruzeiros, no qual vem preocupando o conjunto dos estudantes, bem como a atual diretoria da entidade e a classe política do Paraná quanto aos destinos do Mo-

vimento Estudantil Secundarista do Paraná.

Neste sentido, nós da classe política, jamais poderíamos ficar à margem destes acontecimentos, principalmente, em se tratando dos interesses da população paranaense, uma vez que os estudantes sempre estiveram e estão na vanguarda das lutas democráticas da Nação brasileira.

A "minguada" fonte de renda, que tem garantido a existência da UPES e das entidades como um todo, é proveniente das "carteirinhas" de estudantes. Porém, todo ano aquelas entidades enfrentam concorrências com empresas exploradoras que atuam apenas em função de lucros na confecção das Identidades Estudantis (Carteirinhas de Estudantes).

Com a PADRONIZAÇÃO DAS IDENTIDADES ESTUDANTIS somente a UPES, em conjunto com a direção de cada escola, terá direito de identificar os estudantes de primeiro e segundo grau, da Rede Oficial de Ensino do Estado do Paraná.

Por isso, solicito o apoio dos nobres Pares, no sentido de contar com a vossa compreensão, para que seja concretizada essa antiga reivindicação dos estudantes de primeiro e segundo grau do Estado do Paraná.

Em anexo a este, estou encaminhando moção de apoio com assinaturas de 53 senhores deputados desta Casa, encaminhada pela diretoria da UPES — União Paranaense dos Estudantes de primeiro e segundo grau.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 212/83

PARECER

O projeto de lei que ora examinamos, de autoria do nobre deputado Rubens Bueno, estabelece a exclusividade da União Paranaense dos Estudantes Secundários — UPES, para a expedição de "carteira de estudante" nos estabelecimentos de primeiro e segundo grau, pertencentes à rede estadual de ensino.

O projeto não fere qualquer dispositivo de natureza legal ou constitucional, merecendo a nossa aprovação na forma do substitutivo anexo, que melhor atende às exigências da técnica legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente;
ANIBAL KHURY — Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 212/83

Art. 1º — A UPES — União Paranaense dos Estudantes Secundários — será a única entidade autorizada a expedir cédula de identidade estudantil (Carteira de Estudante) aos estudantes matriculados na Rede Estadual de Ensino de primeiro de segundo grau.

Parágrafo único — Para cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, será celebrado, dentro de um prazo de cento e vinte (120) dias da vigência desta lei, convênio entre a Secretaria de Estado da Educação e a UPES — União Paranaense dos Estudantes Secundários.

Art. 2º — A aplicação desta lei será regulamentada por portaria da Secretaria de Estado da Educação, num prazo de trinta (30) dias da data de vigência desta lei.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente;

ANIBAL KHURY — Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 212/83

PARECER

O projeto de lei de autoria do nobre deputado Rubens Bueno, dispõe sobre a padronização das Identidades Estudantis, com exclusividade, pela União Paranaense dos Estudantes de primeiro e segundo grau — UPES, e dá outras providências.

O presente projeto de lei já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Nosso parecer, portanto, é pela APROVAÇÃO do mesmo.

Sala das Reuniões, em de novembro de 1983.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS — Presidente;
IRONDI PUGLIESI — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 234/83, de autoria do deputado DJALMA DE ALMEIDA CESAR, que denomina "JOSÉ GOMES DO AMARAL", a Escola de 1º grau do Núcleo Habitacional Santa Terezinha, no município de Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado: (Publicado no D.A. nº 133).

PROJETO DE LEI Nº 234/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica denominada "JOSÉ GOMES DO AMARAL", a Escola de primeiro grau do Núcleo Habitacional Santa Terezinha, localizada no município de Ponta Grossa.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR.

Apoio:

Nestor Baptista, Fiori Luiz, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado e Antônio Annibelli.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 234/83

PARECER

O projeto de lei em tela, de autoria do nobre deputado Djalma de Almeida Cesar, tem por escopo nominar a Escola de primeiro grau, no núcleo habitacional Santa Terezinha, no município de Ponta Grossa.

A medida ora proposta indubitavelmente é das mais justas e oportunas, pois o professor JOSÉ GOMES DO AMARAL de quem será dado no nome à escola, recentemente falecido, foi um dos baluartes na defesa dos assuntos educacionais e sociais, na cidade de Ponta Grossa.

Considerando o teor da justificativa apresentado ao presente plano de lei, bem como da análise do "Curriculum Vitae", conclui-se que nada mais justo que o reconhecimento do Poder Público a tão ilustre paranaense.

Nessas condições e não havendo óbice de cunho constitucional, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR
Presidente
HOMERO OGUIDO — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 234/83

PARECER

De autoria do nobre deputado Djalma de Almeida Cesar, o projeto de lei em tela tem por finalidade denominar de "JO-SÉ GOMES DO AMARAL", a escola de primeiro grau do núcleo habitacional Santa Terezinha, localizada no município de Ponta Grossa.

Perefeitamente justificado pelo parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça, estamos de pleno acordo com a mesma.

Portanto, nosso parecer é pela APROVAÇÃO do mesmo.

Sala de Reuniões, em de novembro de 1983.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS — Presidente;

MÁRCIO ALMEIDA — Relator.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Roberto Requião, com apoioamento de demais senhores deputados, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 108/83.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela celebração da Exposição Feira Agropecuária e Industrial da Sociedade Rural Oeste do Paraná, no município de Cascavel.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do Editorial "Governando por Ameaças" da Folha de Londrina, bem como cumprimentos ao Conselho Editorial daquele órgão diário de imprensa.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de telex a senhora secretária da Educação, encarecendo a assinatura de resolução congelando as taxas e semestralidades nas instituições estaduais de ensino.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao senhor Osvaldo Macedo, pelo seu papel de defesa das liberdades públicas e da redemocratização da vida institucional brasileira.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao presidente eleito do diretório central dos estudantes e aos presidentes eleitos dos diretórios acadêmicos de Área da Faculdade de Ciências e Letras, do município de Cascavel.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor vereador de Curitiba, doutor Mauro Moraes, encarecendo apoioamento ao projeto de lei municipal que extingue a taxa Star de estacionamento na malha central de Curitiba.— Em discussão.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO (Pela ordem) — Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de cumprimentos pela passagem do 1º aniversário de emancipação político-administrativa do município de Cafelândia.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Djalma de

Almeida Cesar, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos senhores secretária da Educação e secretário da Administração, visando reparos no prédio do colégio "Irênio Moreira Nascimento" — ensino de primeiro e segundo graus, bem como construção de dependências para almoxarifado e casa para abrigar um guardião, no município de Tibagi.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos senhores secretária da Educação e secretário da Administração, visando reparos urgentes no prédio da Escola Estadual "Telêmaco Borba", ensino de primeiro grau do município de Tibagi.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos senhores presidentes do Conselho Estadual de Educação e da Comissão de Encargos Educacionais do Conselho Estadual de Educação, visando a votação de Deliberação naquele egrégio órgão colegiado, congelando taxas e mensalidades das instituições estaduais de ensino do Paraná, bem como reduzindo sensivelmente em relação ao fixado pelo Conselho Federal de Educação, as taxas e mensalidades nas instituições privadas de ensino.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Conselho de Polícia Civil, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, no sentido de que se permita aos ocupantes de cargos CLT daquela Secretaria, a inscrição para o concurso de Agente de Segurança, dispensado o requisito de idade máxima de 30 anos.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pesuti, constante do expediente, solicitando voto de aplausos ao médico veterinário Guilherme Kniebel e ao senhor Clodoaldo Vigianni, pelo trabalho agropecuário desenvolvido na Fazenda Antares, coroado com a conquista do Prêmio Produtividade Rural/83, no município de Londrina.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pesuti, constante do expediente, solicitando voto de aplausos pelo empenho na luta em defesa da produção nacional do milho, do senhor vereador Antônio Natálio dos Santos, do município de Apucarana.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pesuti, constante do expediente, solicitando voto de aplausos ao senhor Osvaldo Chiucheta, pelo seu empenho na luta em defesa da produção nacional do milho — **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pesuti, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, de artigo jornalístico publicado na pág. 03 de edição do dia 23.11.83, no "Jornal de Maringá", sob o título "O Paraná é o Maior Produtor de Milho mas importa cereais".— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

(A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pesuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo transcurso do 55º aniversário do Banco do Estado do Paraná.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor ministro chefe da Casa Civil da Presidência da República, encarecendo seja enviado ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional, do anteprojeto de lei complementar e do anteprojeto de lei ordinária, que constituem o Estatuto da Microempresa, mantendo-se inalterada sua redação inicial.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bue-

no, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Cultura e Esporte, encarecendo recursos a serem aplicados em obras de reformas gerais no Estádio Municipal, localizado no município de Araruna. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor diretor superintendente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a reavaliação do sistema geral de captação e distribuição de água da rede localizada no município de Terra Boa. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário das Finanças, encarecendo recursos a serem aplicados no pagamento de diversas dívidas contraídas pelas Administrações anteriores, assim como a aquisição de materiais necessários e a execução de obras diversas no município de Terra Boa. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário das Finanças, encarecendo liberação de recursos a serem utilizados no pagamento de diversas dívidas da Administração Municipal, bem como para aquisição de diversos materiais para o município de Campina da Lagoa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ruben Bueno constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos para a realização do I Congresso do Movimento Tradicionalista Gaúcho no município de Guarapuava. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de aplausos ao Sr. Vereador Orides Angeli, pelo seu empenho na luta em defesa da produção nacional de milho, no município de Maringá. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Roberto Requião constante do expediente, solicitando o envio de apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo providências na conclusão das obras de ligação rodoviária entre o Vale do Rio Pequeno e Cachoeira ao Salto do Limoeiro, no litoral do Estado. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do primeiro centenário do nascimento do Professor Lysímaco Ferreira da Costa. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Erondy Silvério, constante do expediente, lido da Tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo o reequipamento material e humano da guarnição policial do município de Cambará. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nilso Sguarez, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo informações à respeito dos funcionários daquela Secretaria. — **Aprovado.**

Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, encarecendo pavimentação que poderá ser com paralelepípedos, especialmente nos trechos de maiores acidentes geográficos, na rodovia de Cacatu à sede do município de Guaraqueçaba. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens

Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por intermédio do Ministério das Comunicações, visando a criação e instalação de uma agência do ECT no Município de Juranda. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 01, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 151, 153, 155, 160, 161, 162, 163, 168 e 170/83.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 118/83.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 83, 212 e 234/83.

A presidência marca ainda uma sessão extraordinária, para amanhã, dia 01, quinta-feira, para logo após o término da sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 11, 46, 47, 89 e 111/83.

Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do sr. deputado Sérgio Spada, em sessão do dia 30 de novembro de 1983.

Londrina, quinta-feira, 24/11/83. - pág. 2
EDITORIAL

GOVERNANDO POR AMEAÇAS

Depois da quase inacreditável etapa do "Governo por decretos", oportunidade em que o Congresso rejeitava um decreto e o Executivo emitia outro, inicia-se outra fase no processo político nacional.

Agora, conforme as últimas declarações do ministro Delfim Neto, percebe-se que se está entrando na fase do "Governo por ameaças".

O Congresso está apreciando emenda constitucional que é tida como uma mini-reforma tributária. Ontem, aliás, se iniciava a tramitação oficial da emenda. Independente, porém, do resultado, ressalta a postura do ministro Delfim Neto. Afirmou ele, alto e bom som, sem qualquer subterfúgio, que se o Congresso aprovar a citada matéria, ele, de imediato, determinaria uma alta nos preços dos derivados de petróleo, da ordem de trinta por cento acima da taxa inflacionária. Isto, naturalmente, para começar, porque outras represálias deveriam vir.

Ora, a prerrogativa para legislar sobre a Constituição é do Congresso. Em verdade, muitas vezes o Executivo tem ingressado em tal área, mas sempre respeitando, pelo menos, ou hipoteticamente, a prerrogativa do Legislativo. Assim, o Executivo, quando toma a iniciativa de matéria que implique em alteração constitucional, submete-a ao Congresso. Mas jamais se ouviu, nem mesmo nos anos de maior pressão ou predomínio do Executivo, uma coisa assim, uma ameaça direta e sem subterfúgios, constituindo até um caso de interferência direta e aberta sobre o Legislativo.

Isto evidencia o poder que tem nas mãos o sr. Delfim Neto. Maléfico poder, diga-se. Há longos anos os Estados e municípios vêm implorando por uma reforma tributária, por um tratamento menos desumano por parte do Executivo Federal. E, ao longo dos tempos o que se tem ouvido é uma sonora negativa, um dar de ombros, um total desinteresse por parte do Executivo. Observe-se ademais, que o que os municí-

palistas, na maioria, pleiteiam, não é nada de absurdo. Como bem disse o prefeito de Guarapuava, Nivaldo Kruger, presidente da Associação dos Municípios do Paraná, o que se pretende é um retorno ao que havia sido estabelecido pelo presidente Castelo Branco, na reforma tributária implantada na gestão do primeiro presidente após a Revolução. Reforma que foi, como se recorda, adulterada posteriormente por alguns ministros, entre os quais, por incrível coincidência, o sr. Delfim Neto, à época titular da Fazenda. O centralismo que tomou conta do Executivo Federal foi modificando tudo. Para pior. Agora os municípios reclamam um retorno à situação antiga.

Repita-se que a emenda Passos Porto, em apreciação pelo Congresso, não atende àquilo que os municípios e Estados querem e necessitam.

Mas é alguma coisa, um pequeno avanço. Nem isto o Executivo quer dar. O sr. Delfim Neto diz que isto será o caos, criará problemas ao Governo Federal. Logo, o remédio é ameaçar e, com toda certeza, levar a cabo a ameaça, caso o Congresso tenha a veleidade de não atender ao que o Executivo determina. Diante disto, fica muito difícil a posição dos congressistas, que acabarão acusados em qualquer hipótese: caso pendam para os municípios e Estados, serão acusados das conseqüências face à eventual concretização das ameaças do sr. Delfim Neto. Caso pendam para o Executivo, ficarão em situação igualmente incômoda, pois não escaparão da crítica acerba dos municipalistas de todo o país.

Mas quem merece, basicamente, todas as críticas, é este que ameaça o Congresso e, mais diretamente, ao povo brasileiro. Este que, com toda a massa de recursos, leva o país à matroca. Este que alegando a má administração dos municípios prega um centralismo tributário, como se o Executivo fosse um grande aplicador de recursos. Não são os municípios nem os Estados, os que criaram a gigantesca dívida externa brasileira. Mas quanto a isto, o sr. Delfim só tem contas a prestar ao FMI...

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do sr. deputado Orlando Pessuti, em sessão do dia 30 de novembro de 1983.

O PARANÁ É O MAIOR PRODUTOR DE MILHO MAS IMPORTA O CEREAL

Embora o Paraná tenha sido o maior produtor de milho do País no corrente ano, com produção ao redor de 5.300 mil toneladas, está hoje sem estoques remanescentes para o atendimento normal dos seus consumidores.

Oswaldo Chiuchetta, industrial há mais de 20 anos no ramo de cereais, empresário de grande vivência, e proprietário da Maringá Trigomil, diz que "é de assustar a imprevidência dos órgãos governamentais, que ocasionaram grandes e dolorosos prejuízos à economia paranaense. Foi permitida a exportação de volumes consideráveis de milho para o exterior e para outros Estados.

O espírito imediatista e primitivista de nossos governantes — continua — que não aprenderam a fazer estoques reguladores e de segurança dentro do próprio Estado, só trouxe prejuízos e preocupações aos grandes consumidores. O Estado, que possuía o maior rebanho suíno do País, pela falta do cereal foi, em grande parte, desativado, ocasionando os criadores a abaterem matrizes e reprodutores de alta linhagem, um prejuízo que, certamente, levará alguns anos de boas safras, bom tino, e previdência dos responsáveis governamentais para recompor tudo o que foi desativado.

Além do mais, o Estado, que tinha um dos maiores plantéis de aves do País, frango do mais alto "pedigree", que pela sua qualidade competia e compete no mercado internacional, além de ser um grande responsável no abastecimento

do mercado interno, também está sendo prejudicado, pois houve grande decréscimo em seu rebanho" — reclama Chiuchetta.

ATÉ O FUBÁ

O Paraná detém o maior parque moageiro de milho para a alimentação humana, respondendo por setenta por cento do fubá consumido no País. Este setor industrial foi sensivelmente prejudicado pela falta de matéria-prima, que ocasionou enorme elevação no preço de seus produtos.

Chiuchetta diz que o fubá, tido como um alimento barato, de hábito alimentar tradicional do nosso povo, principalmente nas camadas mais humildes, e carentes, foi excluído dessa mesa pelo seu concorrente estrangeiro, o trigo, que, "misteriosamente, por um passe de mágica da economia errônea existente neste País, ao longo dos anos, é importado a preços vigentes ao mercado internacional, pago em dólares, responsável pelo gigantismo da nossa dívida externa, vem sendo vendido pelo Governo, que detém o monopólio estatal, a poucos e privilegiados moinhos de trigo, a preços subsidiados e simbólicos".

Setenta por cento do trigo que o Brasil consome é importado, e é vendido pela metade do preço do milho. O Brasil, despende, anualmente, nessa importação, um bilhão de dólares, ao longo de muitos anos, e o Tesouro Nacional despende outro bilhão no seu subsídio para o consumo, são as contas do entrevistado.

MAIS PREJUÍZOS

"A sistemática do trigo vigente no País representa o maior câncer e distorção existentes, além de ser um grande foco inflacionário mesmo porque, cinquenta por cento do pão que se come no Brasil é no eixo Rio-São Paulo, e nas camadas de maior poder aquisitivo. O nordestino está subsidiando, isto é, pagando a pizza e o caneloni que o paulista e o carioca comem" — comenta o industrial, e segue:

"Finalmente, o Paraná, que produz 5.300 mil toneladas e tem o seu consumo estimado em 3.500 mil toneladas, não teria passado por essa falta se "novos governantes tivessem tido a capacidade empresarial e a visão de estocagem, ao menos o estritamente necessário e essencial, e não teríamos tido os graves prejuízos mencionados, nas áreas de aves, suínos e indústria, onde o Estado perdeu de arrecadar um ICM expressivo.

Não teríamos, também, parte do desemprego que hoje existe, porque o parque moageiro trabalha hoje com alta ociosidade".

Tendo acompanhado "a sucessão de erros e omissões por parte dos responsáveis por esse setor", afirma Oswaldo Chiuchetta que, ao par de melhoramento das sementes selecionadas, devem ser construídos silos e armazéns graneleiros a nível de propriedade agrícola, e nos grandes centros de produção de milho, para que não se repitam, no próximo ano e nos vindouros, o que sempre tem acontecido: "O País tem uma política imediatista e temerosa de aumentar a sua produção".

"É inconcebível que um País que detém a maior área agricultável do planeta, que possui uma população de 130 milhões de cidadãos (em sua grande maioria subnutridos e desempregados) importe cereais.

Se a produção do País nos últimos anos foi da ordem de 20 milhões de toneladas de milho, anuais, poderemos facilmente dobrar essa produção, em dois anos, apenas com definição política, apenas com mais um Decreto-Lei, desses que o Governo baixa diariamente.

O americano produz 300 milhões de toneladas de milho por ano. O Brasil poderia produzir o mesmo volume, já que este é um cereal rústico, de fácil cultivo em terrenos férteis ou

pobres, planos ou montanhosos, até mesmo terrenos pedregosos, sem grande tecnologia.

O País que tem milho possui carnes mais nobres e sabo-
rosas, que atenderiam às exigências do mercado internacional,

que possui alto poder aquisitivo e compra o melhor. Confinando, o gado deixaria as grandes áreas de pastagens para a agricultura do milho, dando-nos condições de melhorar nossa exportação, nosso País e nossa vida" — complementa Chiuchetta.

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA
BALANCETE ENCERRADO EM 31 DE OUTUBRO DE 1983

A T I V O		P A S S I V O	
DISPONÍVEL		EXIGÍVEL	
Banco do Estado do Paraná - Ag. C. Cívico	151.954,71	Seguro — Apólice 1331	193.230,00
		Banco do Estado do Paraná - C/Empréstimo	56.151.911,05
REALIZÁVEL		PATRIMÔNIO	
Banco do Estado do Paraná - Poupança	447.598.015,95	Patrimônio Líquido	285.193.961,18
Caixa Econômica Federal - Poupança	39.978.754,63		
Valores Mobiliários	80.479.908,54		
Empréstimos Concedidos	51.141.797,42		
	619.198.476,54		
IMOBILIZADO		RECEITA	
Móveis e Utensílios	30.100,00	Renda de Contribuições	52.370.821,00
		Renda de Títulos	299.599.729,43
		Juros de Empréstimos	19.168.019,34
			371.138.569,77
DESPESAS			
Inativos	82.052.827,00		
Serviços de Terceiros	690.837,00		
Materiais de Consumo	245.643,98		
Seguros	231.712,00		
Despesas Bancárias	9.727.440,07		
Imposto de Renda	348.680,70		
	93.297.140,75		
TOTAL	712.677.672,00	TOTAL	712.677.672,00

Reconhecemos a exatidão do presente balancete cujos valores somam a importância de Cr\$ 712.677.672,00 (setecentos e doze milhões, seiscentos e setenta e sete mil e seiscentos e setenta e dois cruzeiros).

(a) **TÉRCIO ALVES ALBUQUERQUE**
Tesoureiro

(a) **ANTONIO MARTINS ANNIBELLI**
Presidente

(a) **VICENTE PASCHOAL RODACKI**
Contador CRC PR-6635

DEPARTAMENTO FINANCEIRO - CONTADORIA GERAL
BALANCETE DO MÊS DE JULHO DE 1983

ATIVO		PASSIVO	
DISPONÍVEL		LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS	
201.101 - Tesouraria	103.843.093,85	103.843.093,85	
EXECUÇÃO DA DESPESA		PESSOAL	
202.111.11 - Venc. e Vantagens Fixas	1.109.814.307,49	211.011 - Venc. e Vantagens Fixas	1.121.000.000,00
202.111.12 - Desp. Variáveis C/P/Civil	- 0 -	211.102 - Desp. Variáveis C/P/Civil	- 0 -
202.111.21 - Contribuições de Prev. Social	- 0 -	211.103 - Contribuições de Prev. Social	- 0 -
202.111.22 - Outras Obrigações Patronais	35.253.750,86	211.104 - Outras Obrigações Patronais	40.000.000,00
202.112 - Material de Consumo	43.821.143,71	211.105 - Inativos	355.000.000,00
202.113 - Serviços de Terceiros e Encargos	533.004.275,06	211.106 - Pensionistas	100.000.000,00
202.114 - Desp. dos Exerc. Anteriores	1.689.998,26	211.107 - Salário-Família	7.500.000,00
202.121 - Subvenções Sociais	83.520.000,00	211.108 - Outras Transf. a Pessoas	200.000,00
202.122.1 - Inativos	354.717.954,84		1.623.700.000,00
202.122.2 - Pensionistas	99.758.680,00	OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	
202.122.3 - Salário-Família	7.181.705,40	211.201 - Material de Consumo	42.000.000,00
202.122.4 - Apoio Financeiro a Estudantes	- 0 -	211.202 - Serv. de Terceiros e Encargos	456.680.000,00
202.122.5 - Assist. Médico-Hospitalar	1.000.000,00	211.203 - Desp. dos Exc. Anteriores	1.700.000,00
202.122.6 - Outras Transferências a Pessoas	425.878,53	211.204 - Subvenções Sociais	83.520.000,00
202.131 - Obras e Instalações	36.490.906,90	211.205 - Apoio Financeiro a Estudantes	- 0 -
202.132 - Equip. e Material Permanente	23.676.575,00	211.206 - Assist. Médico-Hospitalar	21.000.000,00
			604.800.000,00
CONTAS PENDENTES		CAPITAL	
203.202 - Div. Responsáveis	549.358,00	211.301 - Obras e Instalações	55.500.000,00
203.101 - Despesas Diferidas	- 0 -	211.302 - Equip. e Material Perm.	49.500.000,00
203.201 - Outras Contas Pendentes	- 0 -		105.000.000,00
		CREDITORES	
		212.101 - Despesas Empenhadas	68.009.454,22
		213.101 - Despesas Processadas	25.316.034,70
		213.20 - Folha de Pagamento	4.796.253,21
			98.121.742,13
		213.20 - Restituições	142.626,62
			142.626,62
CONTAS PENDENTES		CONTAS PENDENTES	
		215.101 - Outras Contas Pendentes	1.010.185,44
			1.010.185,44
RESTOS A PAGAR		RESTOS A PAGAR	
		216.10 - Empenhadas	3.363.267,40
		216.209 - Processadas Creditores	32.098,00
		216.30 - Cred. em Consignações	- 0 -
		216.405 - Proccs. Folha de Pagamento	- 0 -
			3.395.365,40
CREDITORES DIVERSOS		CREDITORES DIVERSOS	
		217.10 - Consignações	18.577.708,31
			18.577.708,31
TOTAL DO ATIVO	2.454.747.627,90	TOTAL DO PASSIVO	2.454.747.627,90

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO", em 03 de agosto de 1983.

(a) DIRETOR FINANCEIRO

(a) CONTADOR GERAL